

Como fechamos o segundo maior lixão do mundo

Heliana Kátia Tavares Campos <ktcampos@gmail.com>

Diretora-presidente do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal

O objetivo deste trabalho¹ é analisar e registrar o processo instituído pelo Governo do Distrito Federal para o encerramento das atividades irregulares e ilegais no Lixão da Estrutural, que incluiu o início das atividades do primeiro Aterro Sanitário da história da capital do Brasil e a inclusão dos catadores como prestadores de serviços públicos.

O Lixão da Estrutural foi considerado o segundo maior do mundo em operação, atrás apenas do de Jacarta, capital da Indonésia, situado na ilha de Java, pelo levantamento realizado pela ISWA (Associação Internacional de Resíduos Sólidos) sobre os 50 maiores lixões do mundo em 2014. A ISWA publicou ainda o Manual sobre o encerramento dos lixões, ensejando que, nesses processos, fossem tratadas as questões relativas às dimensões técnica, política, social, ambiental, institucional, econômica, financeira e de saúde pública.

Apresentamos aqui a estratégia utilizada para cumprir as 42 atividades identificadas como imprescindíveis para viabilizar o encerramento do Lixão da Estrutural, previstas no Plano de Intervenção elaborado coletivamente pela equipe de governo. Elas foram implementadas por 17 órgãos da administração Pública do Distrito Federal e abrangem todas as dimensões citadas no documento da ISWA.

Visando esclarecer a grandiosidade do problema enfrentado, apresentamos aspectos da situação encontrada no início do processo e descrevemos as atividades realizadas nas diversas dimensões.

Há que se considerar que algumas atividades abrangem mais de uma dimensão. Como exemplo, a contratação das organizações de catadores como prestadores de serviços públicos, que é um importante resultado na dimensão institucional, como também na social, política, econômica e financeira.

1 A autora agradece a colaboração de Ana Lucia Lemos, André Wilson Pimenta Santana, Andrea Portugal Fellows Kuhnert Dourado, Maria de Fátima Abreu, Maria Raquel Mesquita Melo e Paulo Celso dos Reis Gomes.

Dessa forma, as atividades estão inseridas na dimensão mais representativa, mas são também referenciadas nas demais dimensões às quais se vinculam, possibilitando o entendimento completo e dinâmico da situação.

Este trabalho apresenta, portanto, a descrição da estratégia que funcionou no Distrito Federal do Brasil para o encerramento das atividades irregulares que ocorriam no antigo lixão.

Nos seis primeiros meses, o Governo do Distrito Federal realizou diversas intervenções para transformar o lixão em um aterro controlado: portarias para melhoria e controle de acesso, cercamento dos seis quilômetros de perímetro e construção de fosso para impedir a entrada de veículos e pessoas, além da reforma e ampliação do número de balanças para pesagem dos resíduos recebidos naquele local.

Logo após seu fechamento para a descarga de resíduos domiciliares e públicos em janeiro de 2018, a área passou por limpeza geral e conformação do terreno para poder funcionar apenas como uma unidade de recebimento das cerca de seis mil toneladas dos resíduos inertes da construção civil geradas no Distrito Federal diariamente, considerando que aquela área é, até hoje, o único espaço no DF utilizado para essa finalidade.

Uma unidade de triagem, separação e trituração dos resíduos da construção civil ali depositados está em fase de implantação para viabilizar a utilização desse material nas obras civis do Distrito Federal.

Desativação do Lixão: desafio de um Governo

Imediatamente após a posse do governo da gestão 2015/2018, já em janeiro, o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) realizou um Diagnóstico Preliminar da situação em que se encontrava o Lixão do Jóquei. O diagnóstico foi realizado sem alarde para inibir alterações ou camuflagens das atividades que ali ocorriam. Nem mesmo os próprios servidores do órgão foram comunicados sobre este estudo em procedimento.

Por meio do diagnóstico preliminar, foram identificados 27 problemas considerados graves, bem como os 17 órgãos do governo que teriam competências institucionais para realizar as ações necessárias para o encerramento do Lixão a partir dos problemas identificados.

A necessidade do envolvimento de diversos órgãos e entidades do GDF no processo de fechamento do lixão foi imediatamente comunicada ao governador, que se prontificou a propiciar os estudos e projetos necessários para viabilizar o fechamento do lixão.

Nesse sentido, em 2 de abril de 2015 foi publicado o Decreto Distrital nº 36.437, que instituiu Grupo de Trabalho composto pelos diversos órgãos identificados como envolvidos e necessários ao enfrentamento dos problemas apontados no diagnóstico.

Este Grupo de Trabalho teve como tarefa a elaboração de um Plano de Intervenção de atividades de ordenamento do Lixão do Jóquei, visando dar o correto tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos e, conseqüentemente, propiciar o fechamento do lixão, a construção e a inauguração do aterro sanitário e a migração dos catadores para espaços adequados ao trabalho e sua contratação como prestadores de serviços públicos, em cumprimento à Política Nacional de Saneamento Básico instituída pela Lei Federal nº 11.445, de 2007.

Em virtude da gravidade e extensão dos problemas identificados, foram eleitas 10 ações para ser desenvolvidas em caráter emergencial e iniciadas imediatamente, mesmo antes da conclusão do Plano de Intervenção.

Além disso, em 29 de maio de 2015 foi publicado o Decreto Distrital nº36.528, instituindo o estado de emergência no âmbito da limpeza pública, que deu suporte legal e rapidez nas respostas aos problemas considerados mais críticos.

Dessa forma, todos os órgãos e entidades do Governo de Brasília puderam priorizar os procedimentos necessários à desativação do Lixão da Estrutural, como contratação e aprovação de projetos, contratação de obras, cessão temporária de servidores e a disposição dos resíduos coletados no DF em aterros sanitários situados em municípios do entorno.

Para se antecipar a eventuais dificuldades futuras, o SLU solicitou, por meio de ofício às empresas que fazem disposição dos resíduos em aterros licenciados nas regiões do entorno do Distrito Federal proposta para receber parte dos resíduos sólidos até então dispostos no lixão. E também oficiou os prefeitos e secretarias do Meio Ambiente das Cidades do Entorno sobre a questão, para atualizá-los sobre a situação e consultá-los sobre a possibilidade de autorização para o SLU dispor parte ou a totalidade dos resíduos sólidos urbanos provenientes da coleta diária do DF nos aterros desses municípios, durante a situação de emergência.

Coordenado pelo SLU, o Plano de Intervenção foi elaborado de forma participativa e integrada e concluído no prazo previsto de seis meses. Nesse documento, foram identificadas e hierarquizadas 42 atividades, agrupadas em quatro subgrupos liderados por órgãos e entidades responsáveis pela execução.

No final de 2015, o governador criou o grupo de acompanhamento de projetos especiais que posteriormente veio a ser o Escritório de Projetos Especiais (EPE), ligado diretamente à estrutura de seu gabinete, para coordenar a execução dos seis projetos prioritários do Governo, sendo um deles o Programa de Desativação do Aterro Controlado do Jóquei. A partir daí todas as 42 atividades previstas passaram a ter uma coordenação única, sob o comando direto do governador, o que imprimiu novo ritmo na realização das atividades e na liberação de recursos.

Considerando a necessidade de estabelecer diálogo constante e regular com os catadores foi retomado o funcionamento do CIISC (Comitê Gestor Intersetorial para Inclusão Social e Econômica de Ca-

tadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal), com representações de diversas cooperativas, instituído pelo Decreto nº 32.986, de 13 de junho de 2011.

As atividades do plano de intervenção passaram a ser acompanhadas mensalmente pelas autoridades de regulação e fiscalização, como o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), o Ministério Público do Trabalho do DF (MPT-DF) e a Agência Reguladora de Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa).

Para enfrentar um desafio de tamanha complexidade o governador percebeu a necessidade de contar com profissionais com trajetória política e técnica e experiência em processos semelhantes. Pessoas capazes de compreender a grandiosidade e o enredamento dos problemas envolvidos em um processo de encerramento de um lixão, com sensibilidade no trato com os catadores de materiais recicláveis.

A nova direção do SLU teve toda a autonomia para compor a equipe técnica de acordo com o perfil profissional e conhecimentos específicos. Foram nomeados 12 profissionais de várias áreas, somando experiências em órgãos públicos municipais, estaduais, federal e ainda em universidade.

Diante da necessidade de reforço emergencial no corpo técnico do SLU, já que o último concurso público havia sido realizado há 25 anos, foram convocados profissionais de outros órgãos do DF para apoiar a equipe que iria comandar o fechamento do Lixão.

Também foram contratadas quatro consultorias para desenvolver estudos que iriam nortear os projetos mais importantes a serem implantados. Entre eles, as condicionantes e processos para a coleta seletiva, as rotas tecnológicas, os componentes da Taxa de Limpeza Pública (TLP) e os instrumentos legais necessários.

A equipe técnica cresceu gradualmente, com a incorporação de profissionais recém-formados, a maioria na Universidade de Brasília (UnB), convidados para ocupar cargos comissionados que, apesar dos baixos salários, dispensam a aprovação em concurso público para ser preenchidos. Em 2018, último ano da Gestão Rollemberg, foi aprovada a realização de concurso público para ocupar 50 dos 55 cargos de nível superior vagos no SLU.

A estratégia para o fechamento do lixão

Mais do que o enfrentamento dos reais e óbvios problemas ambientais, sociais, econômicos, culturais e éticos que um lixão traz em si, é preciso analisar a resistência de diversos segmentos sociais à solução de um problema que está posto há décadas. É uma questão que demonstra o quanto estamos distantes de alcançar o “estado de direito” para todos.

Desde o início da gestão 2015/2018 ficou muito clara a determinação política para resolver os graves problemas gerados com a existência do lixão. A decisão política de promover seu encerramento definitivo considerou esse desafio como prioridade de governo.

No programa de Governo do então candidato Rodrigo Rollemberg para o setor de saneamento e meio ambiente está listadas as seguintes propostas: racionalizar o arcabouço institucional local para a gestão de resíduos, reestruturar o Serviço de Limpeza Urbana, elaborar um plano de gestão integrada de resíduos, implantar o novo aterro sanitário, encerrar o Lixão da Estrutural e recuperá-lo ambientalmente, implantar centros de compostagem e triagem de materiais recicláveis e implantar a coleta seletiva e uma política de incentivo às cooperativas de catadores não só para a triagem, mas também para a reciclagem.

Durante a transição foi elaborada proposta de reestruturação, que passou a vigorar no início de 2015. Com isso, o SLU, até então vinculado à Secretaria do Meio Ambiente, passa a fazer parte da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sinesp), que já englobava a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), responsável pelas obras e drenagem urbana, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) e a Companhia Energética de Brasília (CEB). Desta forma, o SLU ficou caracterizado como prestador de serviço público e de infraestrutura. Tal movimento de rearranjo dos órgãos demonstrou a determinação política para resolver o problema e cumprir a promessa de campanha eleitoral.

O pedido para a equipe convidada para assumir o SLU promover uma ação forte e decisiva para fechar o lixão da Estrutural foi feito logo no início da gestão do governador Rodrigo Rollemberg, ainda durante a montagem da equipe que assumiria as secretarias e os órgãos do governo.

Estava tomada a decisão de acabar com uma vergonha para a capital do País, que abrigava um enorme lixão a céu aberto há mais de cinco décadas, onde trabalhavam mais de 1000 pessoas, crianças e adolescentes, com inúmeros registros de acidentes, sendo vários deles fatais por atropelamento por máquinas.

A incumbência que inicialmente coube ao órgão responsável pela limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos passou a ser do grupo de trabalho constituído para a elaboração do Plano de Intervenção, sob a coordenação do SLU.

A responsabilidade foi em seguida entregue ao Grupo de Trabalho constituído para implantar o plano, coordenado pela Casa Civil, braço executivo do governador. Posteriormente, o EPE, constituído para trabalhar diretamente no gabinete do governador, assumiu a coordenação dos trabalhos.

O Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal

O SLU é uma autarquia criada em 1961, apenas um ano após a inauguração do Distrito Federal, com a responsabilidade de operar os serviços de Limpeza Urbana e de Manejo dos Resíduos Sólidos.

Atualmente, todos os serviços operacionais são terceirizados. Parte dos custos dos serviços de manejo dos resíduos é coberta pela Taxa de Limpeza Urbana cobrada dos moradores, comerciantes e industriais. A outra parte desses serviços e toda a limpeza das vias urbanas são remuneradas por impostos distritais.

A capital Federal foi inaugurada sem a previsão de um local adequado para destinação do lixo gerado, o que levou a seu acúmulo desordenado em várias regiões. A partir da década de 70, os resíduos passaram a ser concentrados em um único local, que veio a se constituir no chamado Lixão da Estrutural.

Vários fatores ajudam a explicar porque a capital federal conviveu com esse problema por mais de cinco décadas, sem nunca implantar um modelo racional e eficiente de gestão dos resíduos sólidos.

A falta de qualificação técnica do SLU é um desses fatores. O último concurso público para a composição de sua equipe ocorreu em 1990. No início da atual gestão, o corpo técnico possuía apenas quatro engenheiros em seu quadro e grande parte do efetivo está próximo de se aposentar.

O setor de limpeza não foi prioridade nos governos anteriores. Tal fato pode ser confirmado pela dívida com prestadores de serviços de R\$ 80 milhões deixada pelo governo anterior, referente à ausência de pagamento das faturas correspondentes aos serviços operacionais básicos nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2014.

Outro fator é a falta de marcos legais. Somente em agosto de 2017 entrou em vigor a lei que responsabiliza os grandes geradores pela gestão dos resíduos que produzem. Até então, o SLU recolhia sem a devida remuneração os resíduos indiferenciados de geradores do porte do aeroporto internacional de Brasília, entre outros.

Além das 2.700 toneladas diárias de resíduos domiciliares e públicos, o SLU também recebia no lixão cerca de cinco mil toneladas por dia de resíduos da construção civil gerados pela iniciativa privada sem o devido pagamento. Realizava também a coleta seletiva do vidro, que faz parte da logística reversa de embalagens, de responsabilidade privada, que era recolhido pela coleta seletiva e descartado como rejeito para ser novamente coletado e posteriormente aterrado.

Os resíduos de serviços de saúde das unidades públicas, como postos de saúde, UPAs e hospitais, também eram coletados e tratados por empresa diretamente contratada pelo SLU sem o ressarcimento dessa despesa, mesmo sem fazer parte das atribuições da autarquia.

A expansão urbana é outro fator que impacta a operação do SLU. Foram identificadas 29 regiões ainda não urbanizadas ou urbanizadas parcialmente, resultantes de um processo de invasões recentes, com difícil acesso aos veículos coletores, dificultando a prestação dos serviços de limpeza urbana.

A falta de estrutura pública para descarte de resíduos volumosos como móveis inservíveis, galhadas de árvores e restos de obras pela população também compromete a limpeza urbana. O que resultou na formação de centenas de pontos de descarte clandestino, que sujam a cidade e oneram o SLU, obrigado a realizar o constante serviço de remoção.

Esse foi o cenário encontrado pela atual gestão do SLU, que buscou soluções para cada um dos desafios identificados.

Enfrentamento das forças contrárias ao desvendamento do problema

Falar do lixão e de seu fechamento é falar das pessoas que ali trabalham como servidores públicos, como empregados de empresas contratadas, como catadores de materiais recicláveis, como compradores de material e como comerciantes. É falar dos que ali vendem seus sanduíches e daqueles que, pela fé, generosidade ou mesmo pela religião buscam dar um pouco de alento ou de alimento para os que ali labutam para tirar seu sustento.

É também falar dos profissionais que estudam o lixão e que o atacam, tendo em seu imaginário tanto a imagem de algo tenebroso como a de uma árvore frutífera de onde se pode colher o fruto da sobrevivência.

Falar do lixão é falar de poluição, de contaminação de pessoas e de recursos naturais. Falar do lixão é questionar como uma sociedade aceita conviver com tamanha desigualdade social sem se indignar, sem questionar o papel de cada um para reverter essa realidade.

O mais assombroso é deparar com pessoas que defendem a perpetuação dessa realidade, sendo que muitas delas são responsáveis pelo cumprimento das leis, pela proteção das pessoas, pela educação e defesa dos mais vulneráveis.

É difícil acreditar quando ouvimos professores da região dizerem que seria um caos se os catadores se vissem fora do lixão porque eles só sabiam fazer a catação naquelas condições.

O fato é que não é fácil mudar ideias e comportamentos arraigados. Por isso, para falar de pessoas precisamos ter noção da complexidade que o processo pode adquirir ao longo de sua implantação. Muitas vezes foi necessário retroceder de um determinado encaminhamento porque os interlocutores dos catadores mudavam ou então eles mudavam de opinião.

Outras vezes eram os interlocutores do poder público que tinham dificuldade de entender determinada questão; também acontecia de não se concretizar a previsão de recursos para uma ação. Enfim, os percalços foram e são muitos.

Os atrasos nas obras também foram recorrentes, assim como foram enormes as dificuldades para alugarmos os galpões para implantar os centros de triagem porque os proprietários não queriam correr o risco de colocar catadores de materiais inflamáveis em sua propriedade. Sem falar dos problemas nos processos de licitação, como aconteceu com a empresa contratada para fornecer as prensas que primeiro perdeu o prazo de entrega e posteriormente decretou falência, atrasando todo o cronograma de instalação dos galpões de triagem.

Foram inúmeros problemas de maior ou menor vulto que dificultaram cada etapa, mas não impediram a conclusão do projeto maior de fechar o lixão e instalar os catadores em locais com condições dignas de trabalho.

Além de todas as dificuldades técnicas e operacionais, foi preciso lidar com as dificuldades dos catadores de se adaptarem ao novo modelo, no qual deixavam de atuar como trabalhadores autônomos para trabalharem de forma associada e cooperada. Uma mudança de comportamento radical, que demanda tempo para ser assimilada.

Tivemos ainda o desafio de convencer a sociedade da necessidade de eliminar aquela abominável forma de trabalho. Deixar claro que proteger a saúde e o bem estar da população é função do Estado e, portanto, era preciso encontrar formas de garantir a geração de renda para as famílias de catadores. Nem mesmo as seguidas mortes de catadores por atropelamento e acidentes constantes conseguiam sensibilizar a sociedade para a urgência de se fechar o lixão.

Muitos atores envolvidos no processo, tanto internos como externos, não acreditavam na superação daquela situação, principalmente pela dificuldade de recursos humanos e financeiros em meio à enorme crise econômica e financeira por que passava o Distrito Federal e o Brasil.

A mídia também contribuiu para criar resistências, com coberturas sensacionalistas sobre o dia a dia no lixão. Houve matérias elogiando a solidariedade de catadores cozinhando carne estragada para seus colegas, sem questionar a própria realidade que causava aquela situação. Por outro lado, vários veículos e jornalistas entenderam a questão e contribuíram para mostrar que a existência do lixão era insustentável e que seu encerramento deveria acontecer de forma definitiva.

Houve ONGs que criticaram severamente o governo, responsabilizando-o pelas dificuldades que os catadores estavam tendo para se adaptar à nova realidade. ONGs que nunca haviam demonstrado preocupação com a trágica violação de direitos humanos de crianças e adolescentes vivendo no lixão.

É razoável considerar que a sociedade foi obrigada a encarar um problema que estava comodamente oculto. Certamente é mais fácil conviver com uma situação de degradação humana ocorrendo longe da rotina das pessoas do que ser chamado a enfrentá-la depois é que escancarada.

São razões que ajudam a entender porque a capital do Brasil, campeã em desigualdade de renda, precisou enfrentar importantes setores da sociedade para conseguir encerrar as atividades ilegais no Lixão da Estrutural.

Mesmo após o fechamento, ainda há quem diga que os resultados do processo de inclusão dos catadores deixam a desejar. São críticas comuns na mídia e em alguns segmentos de catadores. No entanto, os resultados alcançados até o momento são animadores, tanto em termos de melhorias radicais nas condições de trabalho como também no número de catadores contratados pelo SLU por meio de suas cooperativas e associações.

Não podemos esquecer-nos das dificuldades geradas por transformação tão complexa. De um lado, catadores tendo que assimilar um processo de trabalho coletivo, com organização da produção, ao mesmo tempo em que o SLU também precisou aprender a contratar as cooperativas e associações de catadores que, por sua vez, tinham enorme dificuldade para entender e cumprir as exigências de um contrato com o poder público. O aprendizado mútuo certamente aperfeiçoará essa relação nova para ambas as partes.

Nesse processo falta ainda a responsabilidade da população, que precisa promover a separação dos resíduos na fonte. O crescimento da consciência e a participação do cidadão são fundamentais para disponibilizar resíduos em maior quantidade e qualidade para a coleta seletiva, o que resultará em mais renda e melhores condições de trabalho para os catadores.

Enfim, não há lugar para ingenuidade. A construção coletiva de uma nova cultura entre organizações de catadores e o poder público não é tarefa fácil e pressupõe paciência e persistência para ser implantada de forma consistente.

Instrumentos legais

A Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições para o desenvolvimento socioeconômico, os interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana.

Em seu artigo 14, a Lei define que: “Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgresso-

res: à multa simples ou diária; à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público; à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; à suspensão de sua atividade.”

Dessa forma, desde a publicação e vigência da referida Lei, em 1981, é proibida a poluição do solo pela deposição irregular de resíduos.

Na sequência, foi sancionada a Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. A referida norma, em seu art. 3º, assim dispõe: “As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente e que a responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato”.

A mesma Lei, em seu art. 54, define como crime, causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, como tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana; causar poluição atmosférica; causar poluição hídrica; dificultar ou impedir o uso público das praias, lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos.

A Política Nacional de Saneamento, estabelecida pela Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, trouxe importante inovação ao proceder, no seu art. 57, alteração da Lei de Licitação e Contratos Administrativos, Lei nº 8.666/93, no sentido de dispensar a licitação, para a contratação de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, desde que cumpridas as demais exigências legais.

Em 03 de agosto de 2010, foi publicada a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Essa Lei, dentro outros avanços, dispõe sobre o conceito do poluidor pagador, apresenta diversos materiais que fazem parte da logística reversa, da responsabilidade do importador, fabricante, distribuidor e comerciante e define o aterro sanitário, como o local adequado para receber apenas os rejeitos dos processos de tratamentos dos resíduos, proibindo o aterramento do resíduo sólido in natura, após 4 anos de sua publicação.

No Distrito Federal, a matéria foi tratada na Lei Distrital nº 5.418, de 24 de novembro de 2014, que instituiu a Política Distrital de Resíduos Sólidos, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Essa norma, estabelece os princípios, objetivos e instrumentos, visando ao controle da poluição e da contaminação, bem como à minimização de seus impactos ambientais.

O diagnóstico e o plano de intervenção

Imediatamente após assumir o comando do SLU, a nova direção destacou três servidores para ficarem no lixão em horário integral para observar e registrar tudo que dissesse respeito ao modo de operação daquela área.

Os três servidores foram orientados a não se identificarem, não frequentarem o escritório operacional do SLU existente dentro da área do lixão e ficarem circulando em toda a extensão de 200 hectares, para analisar a situação do ponto de vista de alguém que não conhece o local.

O fato de não serem apresentados nem à equipe do SLU, nem às empresas que prestavam serviços no local, nem aos catadores foi fundamental para que pudessem circular livremente no terreno sem haver filtro nas conversas com os interlocutores.

Em três semanas de trabalho, o grupo concluiu os levantamentos e apresentou um relatório com registro fotográfico e detalhes de cada situação.

Histórico de problemas

O Lixão do Jóquei foi utilizado como área para a disposição final dos resíduos diretamente no solo desde a década de 60, recebendo durante décadas 100% do lixo coletado no Distrito Federal, aproximadamente 2.600 t/d e algo entre 5.000 e 6.000 toneladas por dia de resíduos da construção civil, podas e galhadas e resíduos volumosos. Vale dizer que os resíduos dos serviços de saúde, eletroeletrônicos, pneumáticos não eram destinados ao local. Dados consolidados pela Diretoria Técnica do SLU estimam que foram acumuladas no local cerca de 40 milhões de toneladas de resíduos ao longo de sua existência.

Os impactos sobre os corpos hídricos preocupam, principalmente diante da possibilidade de contaminação de águas subterrâneas por infiltração de chorume. Essa situação é ainda mais crítica visto que os mananciais da região são frequentemente utilizados pelos habitantes locais e fazem parte de uma importante bacia hidrográfica do Distrito Federal, a Bacia do Lago Paranoá, que hoje fornece água para o consumo humano.

Além disso, a área destinada à disposição dos resíduos se aproximava do ponto de saturação, motivo pelo qual o Lixão da Estrutural vinha sendo alvo de muitas preocupações e intenções de fechamento nas duas últimas décadas.

Ocupando uma área de cerca de 200 hectares, limítrofe à área do Parque Nacional de Brasília, o lixão tornou-se um grande foco de degradação ambiental e um centro de conflito social, motivado pela ocupação de seu entorno por favelas habitadas por catadores de materiais recicláveis, pessoas sem residência, invasores, desempregados etc.

A localização próxima ao Parque Nacional de Brasília e os impactos ambientais desencadeados pelas águas percoladas dirigidas integral ou parcialmente para o interior da área de proteção ambiental, afetando o seu habitat natural, notadamente as águas subterrâneas agravam ainda mais a situação, ao lado da presença de catadores trabalhando de forma degradante, sem nenhuma relação formal com o SLU, sendo vítimas de inúmeros acidentes, alguns deles fatais.

Os problemas não acabavam aí. Havia total falta de controle na entrada e saída e a pesagem das cargas dos resíduos domiciliares coletados era feita de forma precária. Sobre os demais resíduos, como os da construção civil, não havia nenhum tipo de controle. Mais grave ainda, o controle dos resíduos domiciliares recebidos e aterrados para fins de posterior pagamento era feito de forma totalmente manual.

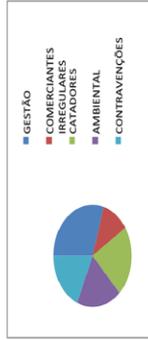
Apesar do esforço das autoridades responsáveis, a presença de crianças e adolescentes era constante no local, devido à dimensão do terreno e à vontade de algumas famílias que preferiam levar as crianças ao trabalho no lixão a deixá-las sós em casa. Tal situação comprometeu o esforço para impedir a presença de crianças e sua inclusão na rede de ensino.

A partir das informações registradas no diagnóstico, a direção do SLU elaborou uma planilha com os diversos problemas identificados e os possíveis órgãos responsáveis pelo enfrentamento dos mesmos. Ele foi a base para a definição das instituições que deveriam fazer parte do grupo de trabalho para elaborar o Plano de Intervenção.

Ficou claro que o SLU sozinho não teria a menor possibilidade de enfrentar a situação e que o fechamento do lixão e os desdobramentos seguintes deveriam ser de responsabilidade de um número muito maior de órgãos e entidades do governo.

A direção do SLU comunicou formalmente ao governador a necessidade de ampliação dos envolvidos no processo de encerramento do lixão, o que foi imediatamente acatado. A planilha a seguir apresenta o estudo realizado e os responsáveis por cada um dos problemas apresentados e órgãos identificados para elaboração do Plano de Intervenção para encerramento das atividades irregulares no Aterro Controlado do Jóquei.

LIXÃO DO JÓQUEI		PROPOSTA PARA COMPOSIÇÃO DO GT												OUTROS ÓRGÃOS A SEREM ENVOJADOS					
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	SECRETARIA DE SAÚDE	SECRETARIA DE SAÚDE		SECRETARIA DE ABRASCIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	SECRETARIA DE FAMILIA	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E SOCIAL	SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO	SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL	SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL	SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL	SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL	SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL	SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL	SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL	SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL	SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL	SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL	SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL
		SAÚDE	ZOONOSES																
Problemas Apresentados																			
1 Plano de encerramento do Lixão do Jôquei desatualizado																			
2 Falta de controle e fiscalização dos contratos.*																			
3 Presença de moradores																			
4 Falta de iluminação noturna																			
5 Acidentes de Trabalho																			
6 Recebimento de resíduos sem controle (Alimentos vencidos e a vencer, resíduos não domiciliares, RSS) sem pagamento do titular																			
7 (Grandes Geradores e RCC)																			
8 Resíduos de tratamento de esgotos																			
1 Presença de comerciantes irregulares com exploração de mão de obra**																			
2 Uso indevido dos equipamentos do SLU																			
3 Roubo de energia e água																			
1 Presença de catadores																			
2 Trabalho infantil ***																			
3 Trabalho insalubre, acidentes graves e fatais																			
4 Ausência de instalações no entorno do lixão para triagem de resíduos																			
5 Ameaças e fechamento do lixão																			
1 Impacto de vizinhança (Rota de veículos de transporte de lixo na localidade)																			
2 Recebimento de resíduos sem controle																			
3 Multas e demandas judiciais																			
4 Monto de veículos no entorno do lixão																			
5 Presença de animais peçonhentos e silvestres																			
1 Desmanche ou queima de carros roubados																			
2 Visitação pessoal e crimes (homicídios, exploração de catadores)																			
3 Drogação (guarda de drogas)																			
4 Contrabando de produtos vendidos																			
5 Escorregadio de marginais, presença de armas brancas e de fogo e guarda de materiais roubados																			
* Falta de controle de acesso de pessoas, veículos e animais; de tratamento adequado de chorume e gás; de sinalização interna e externa; de valas para animais mortos; de servidores qualificados; de controle da deposição de caçambas dos resíduos da construção civil; de infraestrutura adequada; de vigilância eficiente; de controle das medições e dos objetivos dos contratos.																			
** Caminhões de comerciantes irregulares estacionados nas pistas internas do lixão; Containers de compradores dentro da área do lixão; Ameaças e fechamento efetivo do lixão; Britador de RCC paralisado.																			
*** Conselho tutelar não atua em função de ameaças.																			



CATEGORIA	QUANTIDADE
GESTÃO	8
COMERCIANTE IRREGULARES	3
CATADORES	6
AMEAÇAS	5
CONTRAVENÇÕES	2
TOTAL	27

Ações judiciais contra a existência do lixão

A existência de um lixão foi motivo de ajuizamento de ações judiciais contra o Distrito Federal e também o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, em razão de todos os danos ambientais e sociais que dela decorrem. A mais antiga foi ajuizada em 1996, pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, por meio de sua Promotoria de Defesa do Meio Ambiente. Nesta ação, cuja sentença transitou em julgado em 2004, o Distrito Federal e o Serviço de Limpeza Urbana do DF foram condenados ao encerramento das atividades irregulares no Lixão da Estrutural, com multa fixada em R\$ 10 mil por dia de atraso, perfazendo o montante, até a Execução da Sentença, de R\$ 19.436.514,91 (dezenove milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quinhentos e quatorze reais e noventa e um centavos).

Essa ação, que está arquivada, refere-se aos danos ambientais decorrentes das atividades do antigo Lixão. Atualmente, a multa em desfavor do Distrito Federal foi fixada em R\$ 25 mil por mês, em razão da necessidade de apresentação de um plano de recuperação da área degradada.

Já na Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, em 2012, em razão da presença de crianças no Lixão da Estrutural, o Distrito Federal, o Serviço de Limpeza Urbana e as empresas que prestavam serviços terceirizados no local (Valor Ambiental Ltda. e Quebec Construção e Tecnologia Ambiental S/A), foram condenados, em primeira instância, a indenizar instituições a serem indicadas pelo Ministério Público do Trabalho/DF, no montante de R\$ 19, 5 milhões. A referida ação ainda está em fase de recurso.

Além das multas impostas pelo Poder Judiciário, o SLU foi notificado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, a pagar multa no valor de R\$ 5 milhões, em razão da destinação inadequada dos resíduos sólidos urbanos coletados no Distrito Federal. O SLU recorreu da decisão.

A cidade que nasceu do lixão

Situado em área privilegiada, próxima ao Plano Piloto, entre o Parque Nacional de Brasília, a Via Estrutural e o Córrego Cabeceira do Valo, o lixão da Estrutural remonta à década de 60. Nessa época foram ali instaladas moradias precárias, construídas por catadores de materiais recicláveis. Neste período, cerca de 130 pessoas ocupavam barracos construídos com restos de caixas de madeira, latas e plásticos obtidos no lixo.

O material separado na coleta, metais, fios, vidros, papel, papelão, plásticos de qualquer natureza, garrafas, móveis e eletrodomésticos descartados eram separados e prontamente vendidos pelos catadores. Os alimentos provenientes dos supermercados de Brasília serviam de comida para homens, mulheres e crianças.

Durante as décadas de 70 e 80, a invasão pouco cresceu, sem ainda comprometer o entorno do Parque Nacional de Brasília. Mas a partir dessa data, as ocupações foram se ampliando e as famílias de catadores se confundiam com os pequenos chacareiros estabelecidos ao longo do Córrego Cabeceira do Valo, onde viviam da agricultura de subsistência.

Em 1993, foram cadastradas 393 famílias residentes na área, 149 das quais trabalhavam como catadores de materiais recicláveis. Em 1994, o número de famílias residentes quase que duplicou e passou para cerca de 700, segundo dados do Plano Diretor de Resíduos Sólidos do DF de 2008.

A invasão da Estrutural acabou se consolidando nos anos seguintes como uma das maiores ocupações irregulares do Distrito Federal. Um violento processo de ocupação desordenada ocorreu no intervalo entre a eleição e a posse de Cristovam Buarque no governo do DF, no final de 1994. Pessoas sem teto, lideradas por deputados distritais, ocuparam a área com barracos de madeirite, obrigando o governo a criar uma administração militar do local, sem conseguir, no entanto, remover os invasores.

Diante das inúmeras e sucessivas tentativas frustradas de conter a invasão, o Governo desencadeou, no período de julho de 1997 a setembro de 1998, a Operação Tornado, coordenada pela Polícia Militar do Distrito Federal, com o propósito de defender a propriedade pública e preservar o meio ambiente.

O Governo determinou a derrubada de barracos e impediu a entrada de materiais de construção, gás de cozinha e gêneros alimentícios para abastecer os supermercados. Apesar da ação da PM, a invasão e a resistência continuaram a crescer a cada dia.

Em agosto de 1998, a situação se complicou quando a polícia invadiu barracos, provocando a morte de três moradores e ferimentos em várias outros. A Rua do Calvário ficou assim conhecida por ter sido palco desse sangrento episódio. Desde então, diversos projetos de fixação da população foram apresentados à Câmara Legislativa.

Em 1999, foram cadastradas 3.967 famílias pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH). Em 2002, a Vila Estrutural foi transformada em Zona Habitacional de Interesse Social e Público pela Lei Complementar 530, que garantiu a permanência na área das famílias que ocupassem terrenos de até 250 m², comprovassem residência no local por pelo menos cinco anos, não possuíssem outro imóvel no DF e não estivessem inscritas em outro programa habitacional do Governo.

A Lei também criou uma faixa de tamponamento de 300 metros de largura, separando com cerca a Vila Estrutural do Parque Nacional. Já em 2000 havia 12.793 pessoas morando no local, segundo informações da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan.

Várias intervenções foram feitas nos anos seguintes. Em 2004 foi criado o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (Scia), definindo a Vila Estrutural como sua sede urbana. Neste ano a população estimada era de 14.497.

Em 2015, a população urbana do SCIA-Estrutural foi estimada em 39.015 habitantes.

Já no Governo Rollemberg, foram feitas diversas intervenções visando ao desenvolvimento sustentável da localidade e de seu entorno. Foram realizadas melhorias das habitações, saneamento ambiental, gestão territorial dos recursos hídricos e fortalecimento institucional dos gestores locais, assim como ações para a inclusão social da população, com investimentos da ordem de R\$ 145,35 milhões.

Apesar das intervenções, uma nova invasão surgiu dentro da faixa de 300 metros de proteção do parque.

A Intersetorialidade – a estratégia de abordagem

A desativação de um lixão é por natureza uma ação complexa, por envolver diversos aspectos e atores diferentes. Tal complexidade é um desafio para qualquer governo, considerando que o Estado tem um papel central na mobilização dos atores envolvidos, organização e planejamento das atividades, bem como na execução das atividades que lhe são pertinentes. Desafios desse porte demandam do Estado o que a literatura da área denomina de *intersectorialidade*, a qual pode ser entendida como:

“[...] articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social.” (Junqueira *et al.*, 1997, p.24)

No caso de Brasília, a decisão governamental de encerrar as atividades do Aterro do Jóquei demandou alto nível de intersectorialidade, considerando a necessidade de enfrentar de forma simultânea e coordenada as questões técnica e ambiental e o profundo problema social.

Do ponto de vista do Governo, o enfrentamento dessas questões envolvia diversos atores governamentais e sociais, tais como:

- Agências de governo diretamente envolvidas na questão ambiental e gestão de resíduos (Agência Reguladora de Águas e Saneamento do DF – Adasa; Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – Ibram; Secretaria de Estado do Meio Ambiente – Sema; Serviço de Limpeza Urbana – SLU);
- Agências de governo envolvidas com a execução de obras de infraestrutura (Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos – Sinesp; Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap; Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap);
- Agências de governo voltadas para a ação social (Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude – Secriança; Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – Sedestmidh; Secretaria de Estado de Saúde – Ses; Secretaria de Educação – SEE);

- Agentes governamentais de financiamento (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Banco do Brasil);
- Entidades representativas dos catadores (Cooperativas de Catadores de Resíduos Sólidos; Cooperativas de Catadores da Coleta Seletiva; Conselhos Comunitários da Cidade Estrutural);
- Agentes de controle externo da Administração (Ministério Público da União; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Tribunal de Contas do Distrito Federal; Tribunal de Justiça do Distrito Federal; Defensoria Pública da União; Defensoria Pública do Distrito Federal).

Para garantir a participação e articulação de um número tão grande de atores, o Governo decidiu centralizar a condução das atividades no Escritório de Projetos Especiais, unidade ligada ao Gabinete do governador, criada para conduzir tecnicamente projetos considerados estratégicos.

No Escritório de Projetos, por meio da utilização das ferramentas preconizadas pelo PMI (*Project Management Institute*), as ações necessárias ao encerramento foram organizadas em um programa de governo denominado *Programa de Desativação do Aterro do Jóquei*, integrado por diversos projetos:

Requalificação do antigo lixão: Foram realizadas ações para análise do nível de contaminação da área, análise do potencial de utilização da área para fins energéticos, bem como ações de remediação/contenção de contaminação, quando necessário.

Implantação de novo aterro sanitário: O moderno Aterro Sanitário de Brasília, foi inaugurado em janeiro de 2017, considerando as normas atuais para funcionamento de aterros sanitários.

Construção e Implantação de Instalações de Recuperação de Resíduos (IRR): A IRR é uma instalação física destinada a receber resíduos destinados ao processo de separação realizado pelos catadores de materiais recicláveis, com auxílio de esteiras e outros equipamentos. As IRR são fundamentais para alocar adequadamente, em condições dignas de trabalho, os catadores que até então realizavam atividade laboral no lixão. A administração do trabalho realizado nas IRR ficou a cargo de cooperativas de catadores previamente selecionadas por meio de processos que exigiram a capacitação técnica dessas cooperativas e a definição conjunta de um modelo de gestão específico.

Plano de transição dos catadores para as IRR: A transição dos catadores do Lixão para as IRR demandou ações de proteção social implementadas pela Sedestmidh, em parceria com o SLU e a Sema. O projeto contemplou tanto a concessão de auxílio financeiro aos catadores, mediante contrapartidas, quanto à definição técnica de quantidades crescentes de resíduos recicláveis destinada às cooperativas de catadores instaladas nas IRR temporárias. Também foi realizado um estudo epidemiológico dos catadores, para diagnóstico e tratamento no sistema público de saúde de possíveis doenças adquiridas.

Implantação de novo modelo de coleta seletiva: A definição e implantação de um novo modelo de coleta seletiva para o Distrito Federal, que permita o aumento da quantidade e da qualidade

de resíduos recicláveis destinados ao processamento nas IRR, foi outro projeto desenvolvido. Nele estão incluídas ações voltadas para a coleta de recicláveis em órgãos governamentais (coleta solidária) e a logística reversa, especialmente de vidro e pneus automotivos.

Por fim, o monitoramento e controle das inúmeras atividades desenvolvidas no âmbito desses projetos foram feitos por meio das chamadas *Reuniões de Acompanhamento*, nas quais integrantes das organizações envolvidas reportavam o andamento das ações sob sua responsabilidade e discutiam as soluções para os entraves encontrados. Toda essa estruturação foi essencial para se atingir o objetivo de encerramento do Lixão Estrutural dentro do tempo inicialmente previsto.

O programa implantado

Visando apresentar o programa implantado, descrevemos a seguir as atividades previstas, os processos, os problemas e as soluções encontradas, que serão posteriormente descritas em dimensões. São elas: governança, técnica e de infraestrutura, política e institucional, social e de saúde pública, ambiental, institucional, econômica, financeira, de saúde pública, ambiental e econômico-financeira.

O que é o programa

O programa de transição entre o a existência do lixão da Estrutural passando pela sua transformação em Aterro Controlado e vindo a funcionar como Unidade de Recebimento de Entulhos além da inauguração do Aterro Sanitário de Brasília e a inclusão dos catadores foi elaborado de forma coletiva pelos órgãos do GDF.

Das 42 atividades propostas, várias foram concluídas, outras estão em andamento, pois são constantes e outras estão sendo iniciadas. Elas serão apresentadas em função da dimensão em que foram registradas.

Benefícios esperados

A implantação deste programa teria impacto nas condições ambientais do local, limítrofe ao Parque Nacional, área de preservação ambiental e de captação de água para o consumo humano. E melhoria da salubridade na Cidade Estrutural, pela diminuição do número de caminhões coletores de lixo em trânsito.

Outros benefícios seriam a definitiva retirada de crianças, jovens, adultos e idosos do lixão e a melhoria das condições de vida das pessoas que ali trabalhavam, pela inclusão das cooperativas de catadores. Enfim, um salto civilizatório, nas palavras do governador Rodrigo Rollemberg.

Os maiores desafios

A estruturação mínima dos Serviços de Limpeza Urbana para enfrentar a complexidade dos problemas para o fechamento do lixão foi um dos maiores desafios.

Desde sua criação em 1961, as atribuições foram mudando, mas o SLU passou seus últimos 28 anos sem realizar um concurso público para a renovação de seu quadro de servidores, comprometendo o acompanhamento das atualizações legais e a elaboração de planos e projetos.

A atual gestão do SLU promoveu uma reestruturação inicial para atender às demandas resultantes das inovações operacionais, com o Aterro Sanitário, a URE, os Papa Lixos e os Papa Entulhos. Outros fatores que demandaram novas obrigações foram a implantação da Lei de Grandes Geradores e a política sobre os resíduos da construção civil.

A responsabilização dos grandes geradores acima de 120 litros/dia pela gestão dos resíduos que geram, estabelecida pela Lei dos Grandes Geradores tem colaborado para a redução dos resíduos pelos comércios, indústrias e órgãos públicos, que passaram a ser responsabilidade dos geradores. Os resíduos recicláveis permanecem sob a responsabilidade do SLU.

No caso dos resíduos da construção civil, um decreto do Governo exigiu o cadastramento das empresas transportadoras e a apresentação do CTR – certificado de transporte de resíduos, emitido no site do SLU, para cada carga contratada. A nova política também estabeleceu a cobrança pelo recebimento dos materiais na URE. Esses fatores contribuíram para o ordenamento de um setor altamente poluidor que nunca havia sido regulado.

Tais novidades na gestão de resíduos no DF obrigaram à ampliação significativa da equipe técnica do SLU, o que ocorreu inicialmente pela ocupação de cargos em comissão existentes por profissionais sendo a maioria recém-formados, processo que será definitivamente concluído com a realização de concurso público e a contratação de novos servidores de carreira.

Riscos

Houve diversos riscos de interrupção do processo, seja por incompreensão ou por desconhecimento sobre o que se pretendia fazer. Ruídos de comunicação voluntários e involuntários foram coibidos pelo Governo, para evitar atitudes que pudessem gerar violência.

Do ponto de vista dos recursos humanos e financeiros, pode-se dizer que não houve risco de paralisação do programa por ter havido uma real priorização por parte do Governo para encerrar o Lixão. A viabilização do concurso público é fator determinante para haver a continuidade de projeto tão ambicioso, uma vez que parte significativa dos profissionais envolvidos no processo ocupa cargos de recrutamento amplo e, portanto, podem ser dispensados a qualquer momento.

A infraestrutura implantada

Uma transição deste porte, com tamanhos desafios, necessita uma infraestrutura capaz de atender às diversas demandas geradas pelo o projeto.

Do lixão ao aterro controlado e à URE

O Antigo lixão da Estrutural foi limpo e conformado e está funcionando como uma unidade de recebimento de resíduos da construção civil. Uma unidade de triagem, trituração e aproveitamento desse material na construção civil já está sendo implantada.

A transformação do lixão em aterro controlado, com a implantação de várias melhorias foi um sinal importante para demonstrar à população de Samambaia, onde seria instalado o Aterro Sanitário, que o governo era capaz de operar uma área de disposição dos resíduos de forma adequada.

Logo após a realização do diagnóstico do lixão, foram realizadas as melhorias, tais como cercamento com cerca de cinco fios de arame farpado, construção de fosso de 2,5 metros no perímetro de 6 km, reforma das portarias e da balança existente, aquisição de outras três balanças e implantação de drenos para queima de gás e aperfeiçoamento do processo de recirculação do chorume, além do asfaltamento das entradas principais e melhoria nas guaritas.

Também foi proibida a entrada de alimentos vencidos e vincendos no local, decisão que revoltou parte dos catadores, que fecharam o Lixão por cinco dias, o que obrigou o SLU a depositar resíduos em outras áreas públicas, causando inúmeros transtornos operacionais, ambientais e de saúde pública. A medida, no entanto, foi necessária para encerrar o uso e o comércio ilegal de alimentos vencidos ou deteriorados, instalado dentro da área do Lixão.

As atividades ilegais no antigo lixão da Estrutural foram encerradas em 20/01/2018, um ano após a inauguração do Primeiro Aterro Sanitário de Brasília.

Após o fechamento, a área ficou interdita por um período de nove dias para limpeza e remoção de todos os objetos dos catadores e usuários do terreno, como prensas, veículos, materiais, caçambas e as estruturas precárias de proteção construídas por eles.

Em seguida, foi realizado um trabalho de cobertura de todos os resíduos ali depositados e a conformação do terreno, com a organização do território para receber resíduos inertes da construção civil. Neste período, os órgãos públicos foram instruídos a interromper a prestação de serviço de limpeza de entulhos em vias públicas e de remoção de entulhos de obras públicas. Às empresas privadas foram oferecidos locais transitórios de disposição até o início das operações da URE, que foi aberta em 29 de janeiro.

A URE foi organizada para receber os resíduos inertes misturados e os resíduos da construção civil limpos em locais distintos, uma vez que na sequência seria contratada uma empresa para realizar o reaproveitamento do material reciclável.

A URE é ainda hoje o único local do DF adequado para receber resíduos da construção civil.

A decisão de ocupação imediata da área levou em conta os riscos de invasão que já havia atingido o cinturão verde do Parque Nacional. Uma área de 200 hectares, recém-limpa, certamente seria rapidamente invadida. Um grande contingente de trabalhadores contratados por uma empresa que já atuava no antigo lixão foi encarregado de fiscalizar e proteger a área. Na primeira semana houve tentativas de invasão, com a instalação de barracas sob arbustos, mas foram devidamente reprimidas. Investidas de catadores que tentavam entrar nas caçambas de entulhos também foram identificadas e proibidas.

Com a abertura da URE, todas as empresas que trabalhavam com o transporte dos resíduos da construção civil tiveram que se adaptar às novas regras definidas para acesso à área.

Para inibir o descarte clandestino e obrigar as empresas a seguir as novas regras estabelecidas para a disposição de resíduos da construção civil, o Governo transformou, por meio de decreto publicado em 18 de janeiro de 2018, o órgão fiscalizador de posturas - Agefis em uma instância do Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama. Com este status, a agência ganhou competência para não apenas multar caminhões e outros veículos que dispõem resíduos em locais proibidos, mas também para apreender o veículo que pratica essa transgressão. A apreensão dos primeiros nove veículos deixou claro para as empresas transportadoras que o risco de descumprirem as novas regras era grande.

A partir do dia 2 de maio, cada empresa coletora de entulho só podia circular com o CTR – Controle de Transporte de Resíduos, desde o local da coleta até a destinação dos resíduos na URE. O CTR é emitido no site do SLU e traz informações da origem e destino dos resíduos e cada caçamba passou a ser monitorada por um sistema eletrônico por meio de geoprocessamento.

Após inúmeras negociações com as empresas transportadoras, que por anos nunca pagaram pelo serviço de disposição dos resíduos, ficou definido que a cobrança pelo recebimento dos resíduos da construção civil seria iniciado a partir de 15 de julho de 2018. Os valores, definidos pela Adasa eram de R\$ 14,68 a tonelada de resíduos limpos e de R\$ 26,91 para resíduos misturados e contaminados. Já os materiais oriundos da prestação de serviços públicos continuaram a ser recebidos sem a necessidade de pagamento.

No entanto, na véspera do início da cobrança um grupo de deputados distritais entrou com uma representação no Tribunal de Contas do DF e Territórios questionando os valores e obtiveram uma decisão provisória estabelecendo que o SLU pode cobrar apenas o valor repassado diretamente à empresa privada contratada para a operação da URE, que é de R\$ 10,92 a tonelada.

O processo junto ao TCDF para definir o preço a ser cobrado ainda não foi finalizado.

A empresa vencedora para operar a URE também irá realizar a recuperação dos resíduos da construção civil para uso em obras públicas.

Implantação do Aterro Sanitário de Brasília

Desde sua inauguração em janeiro de 2017 o aterro sanitário passou a receber todos os rejeitos dos processos de tratamento nas duas usinas de Tratamento Mecânico Biológico – TMB existentes, das unidades de transbordo, onde há a presença de catadores retirando o material reciclável, e das Instalações de Recuperação de Resíduos que recebem apenas material oriundo da coleta seletiva e são operadas pelos catadores.

Considerando que as obras contratadas a cinco empresas para construção do futuro aterro sanitário, iniciadas em 2014 estavam paralisadas, houve necessidade de sua retomada imediata. Em julho de 2015, primeiro ano da gestão foi feito um saneamento dos processos e dos contratos anteriores, em que alguns foram renovados e outros cancelados, com abertura de nova concorrência pública.

Desta forma foi possível retomar a obras do projeto original e inaugurar o primeiro aterro sanitário da história do Distrito Federal em 17/01/2017, com 18 meses de governo. O ASB está dimensionado para receber os resíduos do DF assim como os dos municípios do entorno que compõem o Corsap - Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das águas pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás.

O ASB iniciou sua operação sendo o primeiro aterro sanitário da Capital Federal e o primeiro do Brasil a receber somente rejeitos.

Posteriormente, com o fechamento total do lixão a partir de 2018, ele passou a receber também os resíduos das cinco regiões que ainda não possuem os serviços da coleta seletiva.

A obra custou de R\$ 27 milhões, totalmente pagos com recursos públicos. Outros R\$ 4,3 milhões foi gastos para atender a condicionante de realocação da Escola da Guariroba, que se encontrava muito próxima ao futuro aterro.

O custo operacional do Aterro Sanitário é de aproximadamente R\$ 16 milhões ao ano, cobrindo os serviços de aterramento dos resíduos, tratamento do chorume, manutenção da equipe técnica do SLU que trabalha no local e serviço de vigilância e pesagem com funcionamento por 24 horas ao dia. Isso significa que se o poder público não tem recursos para a construção de um aterro, dificilmente terá condições de operá-lo.

Também são direcionados ao Aterro Sanitário de Brasília para disposição final os resíduos sólidos não convencionais provenientes de caixas de gordura de alguns prédios do Plano Piloto e do tratamento de esgoto da Caesb, além de animais mortos, recolhidos em vias públicas.

Quanto aos resíduos provenientes dos Grandes Geradores, transportados pelas empresas autorizadas, podem ser recepcionados no ASB mediante pagamento prévio, através da aquisição de créditos junto ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal.

A extensão total do aterro é de aproximadamente 760.000 m² ou 76 ha, sendo que a área de interferência para implantação do ASB é de aproximadamente 490.000 m² ou 49 ha. Esse espaço contempla as áreas de disposição de rejeitos (320.000 m² ou 32 ha) e de apoio administrativo e operacional, a estação de recalque de chorume para a Estação de Tratamento de Esgoto Melchior e a área para disposição emergencial de resíduos sólidos de serviços de saúde, não implementada.

Há uma gleba adjacente ao ASB de aproximadamente 600.000 m² ou 60 há a ser destinada à ampliação do ASB. Com a incorporação dessa área, a dimensão total do Aterro Sanitário de Brasília passará a ser de aproximadamente 1.360.000 m² ou 136 ha.

Construção e implantação de Instalações de Recuperação de Resíduos

Para implantar o manejo adequado dos materiais recicláveis oriundos da coleta seletiva do Distrito Federal o governo licitou quatro Instalações de Recuperação de Resíduos –IRR.

Duas destas obras foram contratadas e duas tiveram sua licitação interrompida por problemas diversos.

Como o processo de construção do aterro sanitário ocorreu (embora com muitos problemas) antes da conclusão das obras das IRR, o SLU alugou temporariamente cinco galpões para recepcionar os catadores oriundos do lixão até a entrega das novas instalações. A primeira IRR construída encontra-se em funcionamento e um primeiro galpão alugado já foi devolvido.

A instalação é bastante moderna, tem alto nível construtivo e opera em dois turnos por duas cooperativas.

A segunda IRR entrará em operação ainda em 2018 e outras duas cooperativas ocuparão o espaço, permitindo a devolução de outro imóvel alugado.

Duas outras unidades e uma central de triagem estão em construção e deverão entrar em funcionamento em 2019, quando então deverão ser entregues os demais galpões alugados.

Dessa forma, a transição dos catadores que trabalhavam no lixão para uma nova realidade se deu de forma gradual. Inicialmente, eles passaram a ter melhores condições de higiene no próprio local

transformado em aterro controlado, depois foram transferidos para galpões alugados adaptados às necessidades para, posteriormente, passarem a trabalhar em condições ideais com a infraestrutura necessária.

Implantação de novo modelo de coleta seletiva

O SLU está implantando um novo modelo de coleta seletiva. Os contratos anteriores a esta gestão eram todos efetuados com empresas privadas e o pagamento era calculado de acordo com o peso da massa de resíduos coletados.

Atualmente há 15 contratos firmados com 11 organizações de catadores e toda a remuneração é feita em função do cumprimento das rotas ou pelo número de viagens.

Além disso, em todos os contratos estão previstos educadores ambientais que fazem a mobilização da população e a divulgação do tipo de material a ser selecionado e do dia e hora da coleta. Dessa forma, os resultados têm melhorado gradativamente.

Um aspecto que tem dificultado a coleta de materiais de melhor qualidade é a presença de um número significativo de catadores autônomos nas ruas, fazendo a coleta individual antes da coleta contratada, deixando somente um material de qualidade inferior.

Esse fenômeno tem sido verificado em várias cidades brasileiras e coincide com o alto índice de desemprego gerado pela crise econômica.

Os catadores como prestadores de serviços públicos

Com o objetivo de apoiar catadores autônomos e aqueles organizados em cooperativas foi implantado um grande programa de capacitação e apoio administrativo para viabilizar a contratação dos catadores como prestadores de serviços públicos.

Capacitação, formação profissional e assistência técnica

A nova forma de organização do trabalho dos catadores também foi tema dos diálogos entre governo e representantes de catadores.

Os catadores saíram de uma situação na qual trabalhavam, em sua maioria, de forma individualizada, sem precisar cumprir horário, organizar espaço, prestar contas ou sequer fazer o registro de entrada, sem uso de equipamentos de proteção individual, entre outros aspectos inadequados de trabalho. Os representantes das cooperativas não tinham rotina de fazer gestão do grupo, elaborar relatórios ou prestar contas. Tampouco havia rateio, pois cada catador vendia diretamente o material que recolhia.

Para apoiar as cooperativas e associações, foi estruturado, em reuniões organizadas pelo CIISC, um Plano de Capacitação para as cooperativas e associações de catadores, com conteúdo específico para atender às exigências de um contrato com o poder público.

O governo buscou parcerias com outras instituições de forma a ampliar o apoio necessário às organizações de catadores, que precisavam se adequar à nova realidade de prestadoras de serviços contratadas pelo SLU, devendo trabalhar de acordo com o contrato assinado, nos locais disponibilizados pelo poder público, com equipamentos para melhorar a produção.

Entre 2015 e 2017 o Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc fez a formação de mais de mil catadores em associativismo, cooperativismo, organização do trabalho e relacionamento interpessoal, por meio de convênio do Pró Catador com a Sedestmidh.

Em 2017, o Programa Agente de Cidadania Ambiental realizou encontros formativos com grupos de até 450 pessoas, sendo o SLU responsável pelas formações. O SLU ministrou diversas capacitações com conteúdos diversos, como compostagem, logística reversa e até gestão de finanças pessoais, contando com o apoio de parceiros.

Ao mesmo tempo, a Fábrica Social, ligada à Sedestmidh, ofereceu oportunidades de capacitação em corte e costura hidroponia, placas de energia solar, fabricação de bolas e construção civil. Foram atendidos nesta modalidade 166 catadores com cursos de 40 horas por semana, que receberam, em contrapartida, bolsa no valor de R\$ 330/mês.

Em 2018, foi firmado Termo de Cooperação Técnica com o Serviço Nacional da Indústria - Senai para realizar curso de 160h para catadores que atuavam no antigo lixão e estavam trabalhando em galpões de triagem, contratados pelo SLU. Foram inscritos 707 alunos, distribuídos em 20 turmas, com média de 35 alunos em cada turma, com conteúdos voltados para gestão, operação e manutenção de equipamentos, em seis módulos.

Em maio de 2018, iniciou-se o curso de informática de 40 horas, ministrado pelo Senai e pelo SLU, direcionado aos 60 catadores responsáveis pela prestação de contas dos contratos com o SLU.

Também foi formalizada parceria com o Instituto Federal de Brasília - IFB, para ofertar curso de Letramento e de Informática para 30 catadores não alfabetizados ou que queriam retornar aos estudos.

O IFB está ofertando também curso para Técnico em Reciclagem, com duração de dois anos, para qualificação de até 40 catadores.

Cabe destacar ainda o trabalho realizado pelo SLU de estruturação dos fluxos de processos nos galpões, para apoiar a gestão dos galpões, liderado por uma engenheira de produção. Esse processo constitui também uma capacitação nos locais de trabalho, determinante para a adaptação dos catadores ao novo sistema implantado.

Os catadores também foram capacitados sobre o uso adequado dos equipamentos adquiridos pelo SLU, pelos representantes dos fabricantes.

Há ainda a previsão da capacitação *in loco*, prevista no contrato com o BNDES, que está financiando a construção de mais duas IRR e uma central de comercialização, para melhorar os processos produtivos, aumentando a eficiência na triagem e obtendo ganhos maiores na comercialização.

Pela experiência realizada com a mudança das cooperativas e associações que atuavam no ACJ para os galpões alugados, ficou evidente que é importante essa fase inicial de “adaptação preliminar”, antes da transferência para o local definitivo de trabalho nas IRR. Essa passagem pelos galpões alugados teve o papel de um treinamento inicial para aprendizagem das novas práticas em local menor e para a implantação de uma convivência minimamente harmoniosa entre os catadores, que passaram a obedecer a regras antes inexistentes no lixão.

Em 2017, o SLU promoveu reuniões para elaborar acordos de convivência participativos com as cooperativas instaladas nas unidades de triagem, com o objetivo de minimizar os conflitos. Isso foi especialmente importante porque a maioria dos espaços foi compartilhada por mais de uma cooperativa. Portanto, era preciso aprender a conviver não apenas com os colegas de trabalho, mas também com os membros de outra cooperativa ou associação. Os principais pontos abordados foram: limpeza e manutenção dentro dos galpões, operação e regras de convivência.

O SLU também realizou capacitação para execução da coleta seletiva para todas as organizações de catadores contratadas para esses serviços em 2016 e em 2018.

Durante a capacitação, foram tratados os diferentes aspectos do contrato, como a prestação de contas, uso de EPIs e de vestimentas adequadas, mobilização social e educação ambiental na comunidade.

Prestadores de serviços públicos de coleta seletiva e triagem

A equipe do SLU mantém presença constante nos galpões de triagem e locais de trabalho de cada cooperativa prestadora de serviços de triagem desde o início dos contratos, para dialogar com todos os catadores sobre aspectos do novo contrato, o valor previsto para pagamento mensal e as condicionantes da prestação do serviço.

As cooperativas hoje contratadas como prestadoras de serviços públicos se filiaram à OCDF e estão tendo treinamentos em cooperativismo e organização social.

Todas as organizações de catadores que estavam exercendo suas atividades no antigo lixão foram contratadas para prestação de serviços de triagem e/ou coleta seletiva.

Além dessas, outras organizações de catadores que já atuavam no DF também foram contratadas, totalizando 28 contratos para a coleta seletiva e para triagem dos recicláveis, assinados com 22 cooperativas, abrangendo diretamente 1.300 catadores.

São 17 cooperativas contratadas para triagem e onze para realizar os serviços de coleta seletiva de materiais recicláveis em 15 Regiões Administrativas do DF.

As contratações de cooperativas ou associações de catadores para atuarem como prestadores de serviços públicos foram feitas mediante chamamento público, com o propósito de atender a todas cooperativas, mas priorizando aquelas que exerciam atividades no lixão.

Os cinco galpões alugados foram dimensionados para comportar cerca de 1.300 catadores, de acordo com o número de trabalhadores alegado pelas cooperativas que atuavam no ACJ e todas foram contratadas.

Desde o início das operações, as responsabilidades e obrigações do SLU e das cooperativas foram definidas de forma clara, com a compreensão de que se tratava de um momento de aprendizagem mútua pelo qual todos passavam.

As organizações contratadas pelo SLU para prestarem serviço de triagem são responsáveis por receber, triar, prensar, enfardar, armazenar e comercializar os materiais recicláveis provenientes da coleta seletiva realizada pelo SLU através da empresa privada, bem como dispor os rejeitos no ASB.

Para incentivar a maior eficiência na triagem, o contrato do SLU remunera mais as cooperativas que deixam menos rejeito e menos àquelas que têm aproveitamento inferior. O valor varia entre R\$ 250,00 a R\$350,00 a tonelada, sendo o valor médio pago de R\$ 304,14 por tonelada que deixa de ser aterrada. O valor de venda do material triado continua a ser recebido pelas cooperativas.

O material reciclável coletado por empresa é distribuído às organizações de catadores seguindo um planejamento mensal que avalia as condições de cada cooperativa e o número de catadores atuando em cada uma. Apesar desse planejamento, as cooperativas e associações ainda encontram dificuldades na sua gestão, o que provoca a necessidade de “desviar” as entregas das coletas de uma para outra cooperativa de acordo com o material acumulado.

Também está em andamento a implantação da coleta seletiva solidária nos órgãos públicos do DF, para destinação de todo o material reciclável aos catadores.

A expectativa é que a melhoria constante na infraestrutura para facilitar o processo de separação aumente o percentual de retirada, ampliando a recuperação e o rendimento dos catadores. Para fechar o ciclo, é essencial a participação efetiva da população na separação do material destinado à coleta seletiva.

Outra medida importante adotada pelo GDF foi a redução do ICMS para as atividades de reciclagem no DF de 12% para 1%. Essa medida, adotada por decreto depois de negociações na reunião de secretários estaduais da Fazenda, também irá contribuir para incrementar a comercialização e a renda dos catadores.

Dimensões do programa implantado

A complexidade dos problemas e a quantidade das ações envolvidas no processo de encerramento do lixão exigem uma abordagem das atividades em diversas dimensões. Às vezes uma única atividade de perpassa duas ou mais dimensões, como se verá adiante.

Governança

Foi estratégica a determinação política do chefe do executivo de assumir o compromisso de fechar o Lixão, com registro em cartório, durante o processo da disputa eleitoral. Outra estratégia adotada foi a priorização absoluta da atividade em sua gestão, com o aporte de recursos humanos e financeiros necessários, em meio a uma das maiores crises políticas e econômicas do País.

Decidido e convencido da prioridade, o governador nomeou uma equipe técnica com larga experiência profissional, especializada em gestão dos resíduos sólidos, para a direção do SLU. Procurou ampliar e capacitar novos profissionais para poder atender à grande demanda que se impunha, ante a adversidade da situação da autarquia de limpeza urbana.

Um sistema de capacitação dinâmico e rotineiro, o Vem Saber, foi implantado, no qual os servidores antigos da casa e os novos recém-nomeados puderam aprender e discutir os mais diversos temas de interesse do SLU. A cada capacitação quinzenal, novas necessidades para o aprendizado eram avaliadas. O Vem Saber contribuiu para formando uma equipe que aprendeu a conduzir o processo e a ter desenvoltura para apresentar os resultados em diversos eventos nacionais e internacionais.

Por determinação do governador houve uma articulação dos órgãos governamentais necessários ao enfrentamento do problema mesmo antes da existência do Escritório de Projetos, que posteriormente centralizou a coordenação e do comando das ações no gabinete do chefe do executivo. A formalização dos comandos para a execução das ações por meio de regulamentação de leis, publicação de decretos e instruções foi fundamental para o cumprimento dos vários compromissos dentro do prazo estipulado.

A participação dos coletivos de catadores de materiais recicláveis nas discussões realizadas dentro do próprio lixão, no CIISC, nas assembleias com a presença do governador e na Câmara Legislativa foi importante para se dimensionar a temperatura do processo, identificar as diversas lideranças que estavam propondo prosseguir o processo e aquelas que o queriam abortar.

Nestas ocasiões havia que se retroceder e retornar a processos anteriores devido muitas vezes à incompreensão do que se pretendia fazer.

Isso se deu muitas vezes devido à grande rotatividade das pessoas que estavam falando pelos catadores, e efetivamente à ausência de uma ou mais lideranças com representatividade sistêmica. A dificuldade de se retornar ao local do lixão que funcionava por 24 horas com inúmeros e distintos grupos de catadores discutir as propostas em andamento era quase que intransponível.

Dimensão técnica e de infraestrutura

Para enfrentar tamanho desafio, o primeiro passo dado pelo governador foi constituir equipe capaz de viabilizar seu plano de governo.

Foi, portanto, nomeada uma equipe técnica de especialistas em resíduos e em atividades sociais, com experiência em inclusão dos catadores para direção do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. Ao longo destes quatro anos a equipe foi se fortalecendo com a ampliação paulatina de equipe de técnicos. Este fortalecimento foi imprescindível para a transformação do lixão em aterro controlado e posteriormente em unidade de recebimento de resíduos da construção civil. Já no último ano da gestão o governo saiu do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e foi aprovado concurso público para renovação do quadro de servidores.

A construção do aterro sanitário foi a atividade central, pois o aterro era a peça fundamental, sem a qual o fechamento do lixão não seria possível. Outras importantes melhorias técnicas e operacionais, com o aumento do controle de diversos tipos de resíduos contribuíram para melhorar a limpeza urbana e desafogar o aterro sanitário.

Licitação de ATTRs privadas em terrenos públicos

Com o propósito de atender a uma reivindicação da iniciativa privada, a Terracap, que é responsável pelas terras públicas do DF, abriu uma licitação para conceder áreas públicas para implantação das Áreas de Transbordo e Tratamento de Resíduos – ATTR. Foram ofertadas seis áreas e recebidas propostas para duas, uma em Samambaia, ao lado do Aterro Sanitário de Brasília, e outra entre as regiões administrativas do Gama e Santa Maria.

Tão logo a iniciativa privada iniciar a operação da primeira ATTR, o SLU deixará de receber na URE os materiais oriundos da iniciativa privada.

Papa Entulho e Papa Lixo para atendimento à população

Diante da necessidade de oferecer solução para a população descartar resíduos volumosos, galhadas e restos de entulho de obras, o SLU implantou 10 Papa Entulhos, nome dado aos Pontos de Entrega Voluntária no DF.

Ali a população realiza o descarte de resíduos da construção civil até um m³, galhadas e podas de jardins, além de resíduos secos volumosos, óleo de fritura usado e materiais recicláveis.

Serão ao todo 62 Papa Entulhos instalados no DF, com uma distância máxima de 2,5 km de cada residência para evitar o descarte irregular.

E para universalizar a coleta domiciliar nas áreas de difícil acesso ao caminhão coletor e evitar o lançamento pela população de resíduos domiciliares em locais inadequados o SLU vem implantando uma rede de Papa Lixos.

São equipamentos cilíndricos de cinco m³ semienterrados, com abertura superior de 40 cm para impedir a entrada de resíduos volumosos. Este equipamento tem facilitado o processo de acondicionamento e de coleta e tem trazido muitos benefícios à população destas localidades. Até o momento já foram instalados 64 papa lixos nas áreas carentes do DF.

Unidades de Tratamento Mecânico Biológico – TMB

O SLU conta com duas unidades de Tratamento Mecânico Biológico com capacidades de 150 e de 600 toneladas por dia. A primeira usina foi instalada em 1964 com a tecnologia dinamarquesa DANO, enquanto a segunda, de maior porte, foi implantada em 1986 com a tecnologia francesa TRIGA.

As duas unidades são operadas por empresas contratadas e por cooperativas de catadores contratadas para a retirada do material seco comercializável.

Nelas, há o aproveitamento da maior parte dos resíduos recicláveis secos, separados em esteiras rolantes por catadores, e da parte orgânica, realizada por empresa. Essa operação amplia o aproveitamento dos resíduos recicláveis e reduz o volume de rejeitos dispostos no aterro sanitário.

Em 2017 foram produzidas 60 mil toneladas de composto nas usinas, correspondendo a 192 toneladas por dia.

As duas unidades TMB receberam manutenção e pequenas melhorias operacionais, mas necessitam uma reforma substancial para aperfeiçoamento dos processos.

Informatização dos controles dos serviços prestados

Os serviços de limpeza no Distrito Federal são todos terceirizados e divididos em lotes por região.

No início da gestão atual o pagamento desses serviços era feito por meio de medições manuais e os dados de pesagem eram fornecidos por equipamento que permitia a livre geração de informações, sem controle de acesso ou persistência em banco de dados.

Diante desse cenário, foram estabelecidas metas para melhorar o processo e mitigar o risco de fraude e/ou erro humano. Inicialmente foi desenvolvido um sistema para pesagem que exige autenticação do usuário e tem comunicação direta com o equipamento de captura de peso. As informações passaram a ser armazenadas em banco de dados em nuvem e acompanhadas em tempo real na sala de monitoramento implantada na Sede do SLU.

O sistema de monitoramento por câmeras acompanha em tempo real todas as localidades que têm processo de pesagem, o que inibe a tentativa de fraude e também permite ao SLU detectar qualquer problema técnico e tomar uma atitude no menor tempo possível.

Também foi recentemente adquirido pelo SLU um sistema de monitoramento de frotas para serviços de coleta e de varrição. O sistema está em implantação e deve substituir o antigo, que abrange apenas um lote de serviços. Com a assinatura dos novos contratos de serviço, o sistema irá receber os dados por GPS de todos os veículos, dos serviços de varrição e de pintura de meio-fio.

Todos os dados são integrados em *Business Intelligence* – BI, o que permite extrair relatórios para pagamento e gerar dados gerenciais para orientar a tomada de decisão da gerência do SLU.

Dimensão Social e de saúde pública

A dimensão social é de grande complexidade no processo de encerramento do lixão, por envolver uma quantidade significativa de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social, além de diversos atores que tinham interesses na manutenção da situação existente. Destacam-se as pessoas que se beneficiavam economicamente daquela forma extremamente precária e de difícil controle de recuperação de materiais.

Assim, para a construção do processo de inclusão dos catadores como prestadores formais de serviços públicos para o SLU foram necessárias diversas etapas.

Em um processo bastante tumultuado, com idas e vindas, sucessos e insucessos nas negociações, em função das dificuldades de se fazer acordo com alguns representantes locais dos catadores, foi preciso ampliar negociações para a direção do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR).

Finalmente, em 30 de outubro de 2017, data previamente agendada para o fechamento do lixão, foi feito um acordo para postergar o fechamento para 20 de janeiro de 2018. Nessa reunião, que contou com a presença de presidentes de todas as cooperativas e representantes do MNCR, foi acordado também o aumento do valor contratado para o pagamento da tonelada retirada da coleta seletiva e comercializada, que passou de R\$ 92 para R\$ 300, além da garantia de equipar todos os galpões alugados para a realização da triagem dos materiais pelos catadores que atuavam no lixão até que os definitivos ficassem prontos. O Governo também se comprometeu com a ampliação dos serviços de coleta seletiva realizada por cooperativas e associações de catadores, priorizando a contratação das organizações que atuavam no lixão, além de oferecer garantia de assistência técnica e manutenção do controle social feito por meio do CIISC.

Diagnóstico e articulação institucional

O início do planejamento de ações para o encerramento do lixão foi dificultado pela falta de dados confiáveis sobre a atuação de catadores no local. Não se tinha certeza do número de catadores, do período de atuação, nem da quantidade de recicláveis recuperados.

O controle de acesso ao lixão era pouco efetivo porque uma parcela considerável dos catadores acessava o local sem registro, por buracos abertos na cerca de 6 km que contorna o local. Apesar de manutenção frequente, a cerca era constantemente danificada e apenas parte dos catadores registrava a entrada na portaria.

As organizações de catadores que ali funcionavam, sem relações formais com o SLU, declaravam o número de cooperados ou associados sem comprovarem vínculo efetivo. A precisão dos dados também é prejudicada pela grande flutuação no número de pessoas que atuam na catação de materiais, que varia em função da conjuntura econômica, do índice de desemprego, dentre outros fatores.

Da mesma forma, para melhorar a identificação da quantidade de materiais recuperados a partir do manejo dos resíduos dentro do lixão era deficiente, tornou-se obrigatória a pesagem dos veículos com saída de materiais recicláveis.

Em 2015 e 2016 foi realizado o diagnóstico dos catadores do Distrito Federal pelo INESC², por meio do programa federal Pró-Catador³, que era executado por contrato com a Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sedestmidh). Esse diagnóstico, que incluiu os catadores do lixão e de todo DF, ainda é o levantamento de dados mais próximo da realidade.

2 O Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, criado em 1979, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública.

3 Programa nacional, coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária/ Ministério do Trabalho, que tem como objetivo integrar e articular as ações do governo federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

As conversas com as cooperativas e associações foram iniciadas em 2015, inicialmente com as duas redes de cooperativas existentes. Das sete cooperativas e associações que atuavam no lixão, uma fazia parte da Rede Alternativa, cinco eram associadas à Central das Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal – Centcoop e uma não era associada a nenhuma rede.

Foram promovidas rodas de conversas sobre as necessidades e dificuldades dos catadores, acompanhadas de esclarecimentos sobre as políticas públicas e compromissos do governo. Ao todo, o SLU realizou aproximadamente 300 reuniões com representantes de catadores que realizaram outras tantas com técnicos do CIISC/Casa Civil, Sedestmidh, SLU e Sema.

Foram discutidos os editais, a capacitação para a realização da coleta seletiva, os critérios para a definição das áreas a serem contratadas, o uso de espaços públicos, formas e valores de pagamentos, condicionantes contratuais, e também feitos debates e apresentações dos projetos arquitetônicos dos galpões de triagem que foram construídos. Os catadores ainda participaram da busca de galpões para locação e das discussões sobre os equipamentos que seriam adquiridos para equipá-los.

Dessas reuniões, 136 tiveram memórias registradas em ata e/ou em painéis ilustrativos. Tal processo de diálogo foi essencial para alinhar as ações do governo com a vontade da categoria. As reuniões aconteceram na sede do SLU, nas áreas administrativas e de convivência do ACJ ou em outras instituições envolvidas.

Das reuniões do CIISC sobre a desativação das atividades irregulares do ACJ, participaram ativamente dezesseis representantes de catadores (as) e oito do governo. A metade dos representantes dos catadores atuava no lixão e foram escolhidos por votação no dia 11/08/2016. Esses catadores passaram a compor o CIISC, o que duplicou a representatividade dos catadores no comitê durante o processo de desativação do ACJ.

Também foram realizadas quatro reuniões coletivas com o governador e equipe de governo, com a presença de cerca de 350 catadores em cada uma.

Nos três anos em que o lixão permaneceu aberto no atual governo (2015/2017) foram realizadas três grandes ações de promoção da cidadania, com a identificação e documentação pessoal dos catadores, atendimento judicial, cursos de primeiros socorros e de combate a incêndio, orientações sobre cuidados com a pele ao sol, cadastros para programas sociais, cursos de maquiagem, saúde bucal, entre outras.

Foi ainda firmada parceria com a Defensoria Pública do DF por meio de um Termo de Cooperação Técnica para apoiar ações de resolução de pendências na justiça e ações de orientação e emissão de documentos. Em 2017, o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública acompanhou as negociações e fez a mediação de conflitos no processo de encerramento do ACJ.

Outra iniciativa importante foi a parceria com o Projeto Fênix⁴ e com o Centro Universitário IESB, curso de Serviço Social, para promover a mediação de conflitos em conjunto com as cooperativas dos galpões que seriam reformados.

Um trabalho de prevenção de câncer das mucosas bucais também foi oferecido por quatro professores da UNB especialistas, apoiados por 12 estagiários de odontologia. O atendimento aos catadores ensinava como fazer o autoexame na boca para detecção de problemas. Os casos encontrados foram encaminhados para tratamento no Hospital Regional da Asa Norte.

Para a promoção da saúde dos catadores que trabalhavam no lixão foram realizados estudos epidemiológicos e exames diversos pelo curso Saúde Coletiva da UnB, em parceria com a Universidade Católica, Rotary, Corpo Bombeiros, Secretaria de Saúde e SLU. O objetivo foi a identificação das endemias típicas do trabalho de catação. Para isso, foram realizados 19 tipos de exames de saúde em 1.048 catadores (as) ao longo de 2017, contemplando as oito cooperativas que exerciam suas atividades no ACJ.

Além disso, catadores foram encaminhados para atendimento pelas equipes do Programa Saúde da Família da Secretaria de Saúde do DF, de acordo com o endereço de moradia na Cidade Estrutural. Com isso, os catadores e suas famílias passaram a ser atendidos pelo sistema de saúde do GDF.

Para promover um espaço de diálogo que também pudesse ser utilizado para as refeições no Aterro Controlado do Jóquei, o SLU implantou uma estrutura com cobertura, água potável, mesas e bancos fixos para os catadores usufruírem até o fechamento do lixão. Várias reuniões de negociação ou de apoio e capacitação e de atendimento pela Defensoria Pública e instituições voluntárias foram realizadas neste espaço.

Ao lado dessa estrutura foram instalados banheiros químicos e contêiner para a troca de vestimentas para uso dos catadores que ali atuavam.

Em 2017, o SLU também fez o acompanhamento da situação das crianças e adolescentes nas áreas do ACJ, a partir dos relatórios diários enviados pela empresa Valor Ambiental, contratada pelo SLU pela operação do ACJ.

Durante todo o período, o SLU manteve uma equipe para apoiar as ações de inclusão socioproductiva dos catadores. As cooperativas e associações foram atendidas inúmeras vezes na sede do SLU, seja por livre demanda ou a convite do SLU.

São ações que demonstram que o processo foi amplamente discutido com os catadores que atuavam no antigo Aterro Controlado do Jóquei, com o acompanhamento de outras instâncias participativas

4 A iniciativa faz parte do Plano 100% Cidadão, desenvolvido pela Defensoria Pública por meio da Escola de Assistência Jurídica (Easjur), que tem como objetivo a integração e união de instituições em prol da comunidade, oferecendo ferramentas facilitadoras de inclusão e reinserção social, além de preparar pessoas para o mercado de trabalho.

além do CIISC, como o Conselho de Limpeza Urbana do Distrito Federal – Conlurb, que conta com dois catadores como conselheiros e o Fórum Lixo e Cidadania do DF.

Outra ação de apoio foi o programa de voluntariado. Em 2017 foi lançada a campanha “Eu ajudei a fechar o Lixão”, para estimular a coleta seletiva, que teve sequência em 2018 com novo chamamento, intitulado “Voluntários da Coleta Seletiva”. Os interessados foram capacitados e receberam material para orientar vizinhos, parentes e colegas de trabalho sobre como fazer a coleta seletiva. O programa está aberto permanentemente e já envolveu 84 voluntários.

Na outra ponta, o SLU fortaleceu parcerias diversas com instituições públicas e privadas para o aprimoramento da coleta seletiva.

O SLU realizou diversas ações para melhorar as condições de vida no ACJ e na Cidade Estrutural. Uma delas foi a alteração das rotas dos caminhões para reduzir o ruído, sujeira e poluição nas áreas próximas às residências.

Houve também a melhoria e irrigação das vias de acesso e vias internas do ACJ para reduzir a poeira.

A proibição de alimentos vencidos e vencidos no Lixão foi outra medida que contribuiu para melhorar as condições de trabalho dos catadores, assim como a implantação de 139 drenos para queima dos gases presentes na atmosfera gerados pela decomposição do lixo.

Benefícios transitórios

O Plano de Transição para encerramento do ACJ, publicado em agosto de 2017, incluiu ações de proteção social para garantia de trabalho, renda e segurança alimentar para os catadores, no período entre o início do processo de encerramento das atividades irregulares e a destinação final dos resíduos no Aterro Sanitário de Brasília.

Houve o entendimento do governo e dos representantes dos catadores que as mudanças planejadas, embora necessárias e com perspectiva de trazer mais benefícios aos catadores que trabalhavam de forma totalmente insalubre e inadequada, provocariam, em um primeiro momento, a redução da renda dos trabalhadores. Os catadores teriam de se adequar à necessidade de deslocamento, à mudança na forma de trabalho, entre outras mudanças.

A maior alteração era a quantidade de resíduos que os catadores acessavam de forma voluntária, independente, arriscada e irregular no Aterro Controlado do Jóquei, que era imensamente maior do que aquela proveniente da coleta seletiva, mesmo sendo disponibilizada de forma técnica, regular do ponto de vista ambiental, e vinda da coleta seletiva. Nesse cenário, foi preciso instituir as medidas de compensação do período de transição até a consolidação do trabalho nos centros de triagem. Vários benefícios transitórios para amenizar as eventuais perdas foram implantados.

Um benefício instituído no governo anterior para os catadores que atuavam no lixão e que foi retomado em 2016 foi o Programa Agentes de Cidadania Ambiental, que beneficia catadores que vivem exclusivamente da reciclagem/catação, por meio de um auxílio no valor de R\$ 300,00 mensais, vinculados à participação em cursos de capacitação de 12h/mês. Em 2016 foram capacitados 900 catadores e em 2017, 600 catadores foram beneficiados.

Em 2018, a nova edição do Programa Agentes de Cidadania foi aprovada com prioridade para os catadores que agora atuam nos centros de triagem, prevista para formar até 700 catadores em cursos de Agente de Recuperação de Resíduos e informática, sob responsabilidade do SLU, com apoio da Sema.

Outro benefício, instituído pela Lei nº 5.893, de 20 de junho de 2017, é o Programa de Compensação Financeira Temporária aos catadores que exerciam atividades no Aterro do Jóquei. A Sedestmidh é responsável pelo gerenciamento e pelo pagamento de benefícios de forma regular, a todos os catadores oriundos do ACJ que passaram a trabalhar em cooperativas ou associações nas unidades de triagem de recicláveis.

O Programa de Compensação Financeira Temporária teve por objetivo garantir as condições mínimas de sobrevivência, integradas a atividades de capacitação.

Foi previsto o pagamento a 1.200 catadores de valor de R\$ 360,75 por mês, pelo período de até seis meses após o início do exercício das atividades do catador no galpão de triagem. Entre as condicionantes, a inscrição no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal (CadÚnico) e estar trabalhando em algum contrato com o SLU.

A compensação financeira não foi computada como renda para fins de recebimento de outros benefícios assistenciais ou previdenciários.

Para complementar a renda de catadores do ACJ que foram trabalhar nas unidades de triagem, mas que não foram contemplados com o Programa de Compensação Financeira, em muitos casos por não terem se inscrito no Programa, foi pago o Auxílio Vulnerabilidade Temporário no mesmo valor de R\$360,75 por mês, também pelo período máximo de seis meses.

Ainda assim, houve catadores que não foram contemplados por nenhum dos dois programas por não terem ido para os galpões de triagem. Os catadores acolhidos nos galpões alugados foram aqueles apresentados pela cooperativa. Há ainda a reclamação de alguns catadores que afirmam terem ficado de fora embora fossem ligados a uma determinada cooperativa que atuava no ACJ.

Foi também providenciado o fornecimento de cestas básicas emergenciais para todos os catadores que trabalham nos galpões de triagem. A Sedestmidh entrega, mensalmente, em torno de 700 cestas básicas para esses trabalhadores.

Outra vantagem oferecida foi a inclusão de 49 filhos de catadores que atuavam no ACJ no Programa Jovem Candango, que foram selecionados para trabalhar em órgãos públicos, recebendo o valor de R\$ 1.050/mês, desde que estivesse regularmente matriculado na rede de ensino.

Política e institucional

A priorização pelo governo do Distrito Federal da Estratégia de Fechamento do lixão, com a implantação do aterro sanitário e a inclusão dos catadores como prestadores de serviços públicos foi o passo fundamental para o seu sucesso.

A equipe técnica nomeada para a direção do SLU teve autonomia para desenhar e encaminhar uma proposta que foi prontamente acatada pelo governador.

Em um quadro de crise econômica e de impossibilidade de novas nomeações em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, a priorização do projeto de Fechamento do Lixão foi fundamental para viabilizar a contratação de recursos humanos e a disponibilização de recursos financeiros necessários para conduzir o desafio.

A presença do governador nos momentos mais críticos de debate com os catadores demonstrou o seu interesse pessoal de participar e de resolver as questões colocadas.

As negociações com a categoria de catadores foram difíceis e controversas, demandando muitos arranjos e rearranjos, idas e vindas que prolongaram o tempo previsto para concluir a transição.

No total, o Governo aportou recursos financeiros da ordem de R\$ 80 milhões para as atividades previstas no processo de transição. Para se ter uma ordem de grandeza, a despesa anual do órgão, com a operação excluindo o pessoal próprio do órgão é de aproximadamente R\$ 360 milhões. Os novos recursos disponibilizados corresponderam a um acréscimo no orçamento de 18%.

Outra marca importante de todo o processo foi a formalização de todas as medidas tomadas para o alcance do resultado pretendido por meio de atos, decretos e instruções normativas. Para isso, tanto a vontade política como o desejo de dar sustentabilidade às ações foram preponderantes.

A criação dos diversos grupos de trabalho para estudos e implantação do programa assim como a definição de Estado de emergência aconteceram por meio de decretos, enquanto os compromissos foram estabelecidos por acordos assinados com os dirigentes dos órgãos envolvidos.

Ademais de todos os órgãos de regulação, fiscalização e controle do Distrito Federal o governador firmou o “Compromisso por Brasília”, assinado pelo Distrito Federal com entidades nacionais e internacionais do setor de saneamento para impedir um eventual retrocesso na gestão do Aterro Sanitário.

Outro compromisso foi firmado com o Movimento Nacional de Catadores, com as metas e as condicionantes a serem cumpridas em todo o processo.

Da mesma forma, houve o compromisso de todos os órgãos de segurança pública para garantir as medidas aprovadas nos planos.

Também vale destacar o decreto que tornou a Agefis membro do Sisnama, ganhando poder de apreender veículos que forem flagrados realizando deposição irregular de lixo em terrenos baldios. Foi também de grande valia para a regulação fiscal da comercialização de materiais recicláveis do DF o decreto que reduziu de 12% para 1% o ICMS recolhido.

Ambiental

O processo de desativação do lixão ensejou algumas significativas melhorias ambientais. A própria inauguração do Aterro Sanitário de Brasília, o primeiro da Capital Federal desde a inauguração da cidade em 1960, e a ampliação da recuperação dos resíduos para redução dos rejeitos a serem aterrados, foram simbólicos.

A própria transformação do antigo lixão da Estrutural, primeiramente em Aterro Controlado e depois do fechamento do Lixão em Unidade de Recebimento de Entulho, fizeram parte do processo de melhorias contínuas para se alcançar a recuperação ambiental da área.

A contratação de catadores para ampliar a coleta seletiva de materiais secos, a utilização de galpões para a realização do trabalho antes feito no lixão, assim como a implantação da operação de tratamento de resíduos da construção civil na Unidade de Recebimento de Entulho foram fatores decisivos para a melhoria ambiental do DF.

As melhorias operacionais implantadas nas duas unidades de Tratamento Mecânico Biológico – TMB, da L4 Sul (triagem) e a do PSul - Ceilândia (triagem e compostagem) foram essenciais para ampliar a qualidade do composto gerado.

A contratação da UnB para a realização do diagnóstico da área do antigo Lixão, apontando alternativas de utilização, junto com o estudo da CEB para aproveitamento de energia utilizando diversas tecnologias dará uma finalidade nobre para a área poluída por tantos anos.

Outros impactos positivos na gestão dos resíduos no DF aconteceram com a entrada em vigor da Lei de Grandes Geradores e a implantação de uma nova gestão dos resíduos da construção civil, que estabeleceu normas para inibir o descarte clandestino.

Ao mesmo tempo, a contratação da coleta seletiva em 25 das 31 RA, sendo 12 delas realizada por empresa privada e 15 por cooperativas de catadores (em duas regiões, há coleta feita tanto pela em-

presa privada quanto pelos catadores) vai aumentando a participação da população na segregação dos resíduos em casa para coleta.

Um fator que contribuiu para isso foi a inclusão, no contrato com as cooperativas que fazem a coleta seletiva, da figura do catador educador ambiental, responsável pela mobilização e orientação da população sobre a coleta seletiva.

Já a implantação dos papa lixos e papa entulhos criou opções adequadas de recepção de resíduos, impactando positivamente na redução da contaminação do solo.

Econômica e Financeira

O local para a implantação do Aterro Sanitário de Brasília foi identificado ainda em 2004 pelo SLU, em uma área pertencente à Terracap, vizinha a duas unidades de tratamento de esgoto da Caesb, na cidade de Samambaia.

Contiguo a esta área, funcionava a escola pública rural da Guariroba, que já deveria ter sido deslocada dali em função das atividades desenvolvidas na localidade.

A Terracap cedeu as áreas para a construção da infraestrutura básica do aterro e para a construção da nova Escola da Guariroba. No total, foram investidos R\$ 32 milhões, sem contar o custo por tonelada de material aterrado, pago à empresa que venceu a licitação para operar o aterro, tendo, como contrapartida, a obrigação de construir as células de aterramento e os drenos de gás e de chorume.

No caso da inclusão sócio produtiva dos catadores, estima-se que os recursos investidos foram da ordem de R\$ 50 milhões, considerando todas as despesas diretas e indiretas.

Somente para o pagamento dos contratos com os catadores para os serviços de triagem e de coleta seletiva, aquisição de equipamentos e mobiliário, além do pagamento de aluguel, construção e reforma das instalações de recuperação de resíduos foram provisionados, no SLU, R\$ 23 milhões entre 2017 e 2018.

Na contabilidade das despesas indiretas com recursos humanos, para os cinco galpões inicialmente alugados foram destacados para acompanhar os trabalhos dos catadores nos dois turnos seis profissionais alocados em cargos comissionados e 30 servidores além dos serviços contratados de vigilância e de limpeza.

Esse pessoal, somado ao da manutenção elétrica, mecânica e de reparos diários na infraestrutura, corresponde a uma despesa anual aproximada de R\$ 4,8 milhões, sem incluir o pessoal de escritório necessário para dar suporte aos 28 contratos em todas as suas fases.

Também é preciso somar aos custos do pessoal de operação, que apoia os gestores nas IRR, os vários técnicos do SLU envolvidos no planejamento da coleta seletiva, elaboração dos editais de chamada, do jurídico, da área de contratos, no suporte à capacitação, estruturação e fortalecimento da organização das cooperativas e associações além da equipe de manutenção das edificações.

Nas IRR alugadas e as definitivas foram instalados equipamentos para a produção, como empilhadeiras, esteiras, carros plataforma, contêineres, além de mesas, cadeiras, bebedouros, geladeiras, marmiteiro para copa, cozinha e escritório, que propiciam melhores condições de trabalho para catadores(as) e servidores(as).

Estratégias para a sustentabilidade

O SLU implantou desde o primeiro mês da gestão (2015/2018) o programa de capacitação continuada de seus servidores.

Buscou promover a participação de seus profissionais em eventos locais, nacionais e internacionais, incentivou a matrícula em vários cursos promovidos pela Escola de Governo, e pela Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA tendo enviado neste período quatro profissionais para estágio de dois meses no Japão.

Rotineiramente a cada dois semanas o SLU promove em sua sede uma capacitação aberta a todos os seus servidores com a temática técnica, profissional, de valores éticos, saúde no trabalho, gestão dos contratos entre outros de interesse da direção e dos servidores.

Esta capacitação com o nome de Vem Saber, é um dos principais instrumentos para fazer com que os profissionais do SLU independente de onde estejam lotados possam conhecer, questionar, sugerir melhorias e acompanhar todas as mudanças que estejam acontecendo na autarquia.

Portanto são realizadas pelo menos 24 encontros anuais e vários excepcionais para grandes eventos e mudanças mais substanciais na gestão dos resíduos.

Este é um dos instrumentos que podem vir a favorecer a sustentabilidade das novas ações implantadas uma vez que elas são profundamente debatidas e compreendidas nas suas diversas dimensões.

Outro instrumento que diz respeito à sustentabilidade é o controle social que é exercido pelo CONLURB que foi criado em 1994, mas que teve sua posse apenas em 2015, primeiro ano da atual gestão. O CONLURB funciona com reuniões ordinárias mensais, com outras excepcionais e com a formação de grupos de trabalho para tratar de temas específicos.

O CONLURB tem se mostrado como um importantíssimo órgão de fiscalização e controle das atividades exercidas pelo SLU. Mas do que isso os conselheiros têm dado excelentes contribuições para o aperfeiçoamento da gestão dos resíduos no DF.

Sua continuidade pode ser um dos principais instrumentos para a sustentabilidade das conquistas feitas pelo GDF na gestão dos resíduos.

Desde 2016 o SLU assinou o Contrato de Gestão e desempenho com a ADASA que é a responsável pela regulação dos serviços de limpeza urbana no DF.

Este contrato estabelece as condições gerais da prestação e utilização dos serviços públicos e limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos no DF.

Além do CONLURB e da ADASA no Distrito Federal os serviços prestados pelo SLU são acompanhados por diversos órgãos de fiscalização e controle.

Como no processo de transição entre o fechamento do lixão e a implantação do novo modelo houve muitas demandas destes órgãos solicitando esclarecimentos em diversos aspectos de cada atividade.

Para eliminar as dificuldades de acompanhamento das diversas ações pelos órgãos de fiscalização e controle (MPDFT, TCDF, MPT, DPDF, DPU), o Escritório de Projetos passou a apresentar os dados em reuniões periódicas com todas as instituições e também enviar relatórios mensais detalhando as atividades realizadas.

Mesmo com toda a estrutura de controle existente, o SLU convidou observadores externos com representação internacional para participar do processo de acompanhando das atividades, ações e metas do projeto de encerramento do lixão. São instituições com alta relevância no setor de saneamento básico, gestão de resíduos e inclusão social.

São elas: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - Abes, Associação Nacional de Serviços Municipais de Saneamento - Assemae, Associação interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental - Aidis, Associação Internacional de Resíduos Sólidos – Iswa, por meio do seu membro Nacional, Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) e Mulheres em Trabalhos Informais: Organizando e Globalizando - Wiego.

Representantes dessas entidades compareceram à inauguração do Aterro Sanitário de Brasília em janeiro de 2017, quando assinaram o documento intitulado “Compromisso por Brasília”. Estas entidades estão acompanhando todas as ações por meio de visitas técnicas periódicas e pela elaboração de relatórios de avaliação de cada estágio de cumprimento das 42 metas previstas no processo de encerramento das atividades do Lixão.

Finalmente, em 2017 Brasília decidiu aderir à Iniciativa Municipal de Resíduos Sólidos da Coalizão Clima e Ar Limpo, empenhada em debater e combater a mudança climática, a Coalizão Climática e

de Ar Limpo. Desde então, a equipe do SLU participou de treinamentos de capacitação e webinars sobre temas como avaliação de dados e comunicação, adquirindo conhecimento que fortaleceu o trabalho para fechar o lixão e melhorar o sistema de gerenciamento de resíduos.

Resultados alcançados e linha do tempo

A descrição da implantação do programa de Governo do Distrito Federal na gestão (2015/2018) para a transição da barbárie na gestão dos resíduos para o salto civilizatório que se alcançou dá uma ideia da situação que se encontrava a gestão dos resíduos sólidos na Capital Federal do Brasil.

Muitos perguntam por que agora, uma vez que Brasília é uma cidade com a população com o maior poder aquisitivo do País, onde se encontra o governo federal e conseqüentemente os ministérios das Cidades, do Meio Ambiente, a Universidade de Brasília, assim como outras importantes instituições de ensino superior, e que teria todas as possibilidades para enfrentar seus problemas locais.

Nesse sentido vale registrar que além de recursos humanos e financeiros essenciais no enfrentamento deste desafio há que se ter vontade e determinação política. Aliás, no caso de Brasília tanto os recursos humanos como técnicos foram da vontade política do governador.

É quase incompreensível que em 61 anos de existência somente agora Brasília possui seu primeiro aterro sanitário, encerra seu lixão e contrata catadores como prestadores de serviços públicos.

Conforme se pode aferir do que foi relatado foram muitos avanços, muitas lutas muitas batalhas que se pode considerar que foram perdidas ao longo destes anos gerando retrocessos e avanços, mas o que prevaleceu foi a determinação.

A determinação política do governador propiciou o resultado final: lixão fechado, aterro sanitário funcionando, catadores contratados e assinalada a reestruturação do SLU inicialmente pela aprovação do concurso público e posteriormente pela ampliação dos cargos necessários à continuidade do processo iniciado.

Para que este trabalho tenha continuidade e o Aterro Sanitário jamais vire um lixão, para que haja melhorias constantes na gestão dos resíduos torna-se necessário uma reforma substancial no SLU.

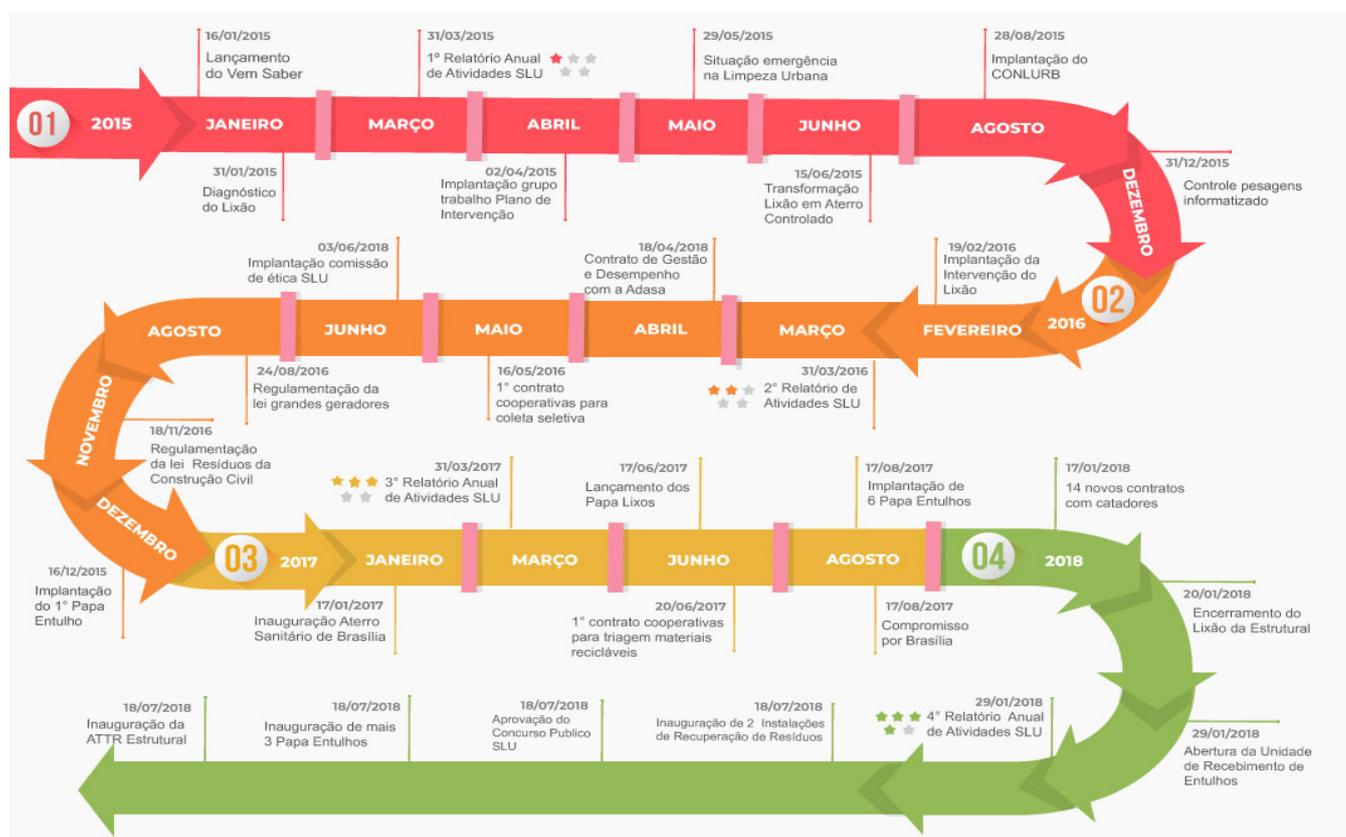
São necessárias melhorias fundamentais na coleta seletiva com ampliação da participação da população, reformas e ampliações nas unidades de processamento dos resíduos, implantação das Unidades de Transbordos, manutenção e aperfeiçoamento nos sistemas de controles informatizados, acompanhamento dos sistemas de grandes geradores e dos resíduos da construção civil.

É possível aumentar significativamente a participação dos catadores tanto na ampliação da coleta seletiva como também no manejo dos materiais recicláveis.

No entanto algumas das cooperativas contratadas encontram ainda muitas dificuldades para a gestão e a operação adequada. Antes, da ampliação das contratações uma vez mais se deve fortalecer as contratadas de tal forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados. O SLU tem feito um esforço enorme para manter os contratos operacionais conforme determina a lei da Política Nacional de Resíduos por meio de incubação da maioria delas. Essa atividade tem que ser contínua por um bom tempo até que todas consigam ter autonomia.

Essa atividade demanda ao SLU a contratação de vários profissionais nas áreas da engenharia civil, elétrica, mecânica, produção, ambiental, na sociologia, economia, contabilidade, informática entre outros. Hoje estes profissionais foram contratados por meio de cargos comissionados o que justifica a urgente necessidade de realização do concurso público.

Para facilitar a visualização apresenta-se a linha do tempo com as ações consideradas de maior relevância para o alcance dos resultados obtidos.



Próximos passos para novos e velhos desafios

Para dar continuidade às ações e atividades iniciadas, em funcionamento ou já concluídas torna-se necessário o conhecimento detalhado de todo o plano de Intervenção de atividades do ordenamento do lixão, os pareceres das instituições que firmaram o Compromisso por Brasília, o Movimento Nacional de Catadores que firmou o acordo para o fechamento do lixão com o governo do DF por meio de seu governador Rodrigo Rollemberg.

Os principais aspectos a serem observados devem ser: a realização do concurso público e a consequente reestruturação do SLU; a continuidade de publicação dos Relatórios de Atividades da autarquia que se iniciaram em 2015 com dados recuperados de 2014 (último ano da gestão anterior) dentre outros instrumentos de fiscalização e controle.

Este acompanhamento tem sido realizado no DF pelo MPDF, TCDF, MP de Contas do DF, DPDF, DPU, ADASA, ICMBio, entre outros.

É importante acompanhar as atas das reuniões do CONLURB onde são tratados temas de interesse geral da gestão dos resíduos sólidos no DF e que é um espaço de se questionar posturas que possam estar em desacordo com os planos estabelecidos e aprovados.

No que diz respeito à recuperação da área degradada pelo lixão onde hoje funciona a URE está em fase de contratação dos estudos financiados pelo Fundo Mundial para o Ambiente – *Global Environmental Facility* – GEF por meio de 2 contratos firmados com a UnB. Este processo precisa ser acompanhado para a conclusão do processo incluindo a importante recuperação ambiental do terreno de aproximadamente 200 hectares.

Na mesma linha está em fase inicial de desenvolvimento o estudo sobre aproveitamento híbrido de energia na localidade pela CEB. Considerando a relevância do tema há que se acompanhar o desenvolvimento deste estudo e sua implantação na área do antigo lixão.

Outra importante ação cujo processo está em sua fase inicial é a construção de um conjunto vertical para abrigar as famílias que hoje invadiram uma área contigua ao antigo lixão, vários deles catadores de materiais recicláveis que está a menos de 300 metros do parque nacional. Já existe uma decisão judicial para a retirada desta invasão e a opção do governo foi exatamente a construção deste conjunto no limite entre a área de proteção do parque e a Cidade Estrutural, isto é, a poucos metros do local onde hoje se encontram. Esse projeto habitacional precisa realmente incorporar os catadores do Santa Luzia na Estrutural

O SLU contratou empresa privada para processar os resíduos da construção para utilização em obras sob a responsabilidade do DF. Para tanto a NOVACAP responsável pela licitação das obras estuda a forma de colocar o material na lista de materiais de construção a serem utilizados. Essa unidade de processamento utilizará uma pequena área do terreno. Como parte dos resíduos da construção civil

deverão ser tratados nas novas ATTR a serem construídas pela iniciativa privada em terrenos cedidos pela TERRACAP, então há que se iniciar estudos para uso futuro da área que não será utilizada.

Para o fortalecimento da coleta seletiva no DF, com a finalidade de reduzir a quantidade de resíduos aterrados e aumentar a renda dos catadores esta atividade deverá ser ampliada de 25 para todas as 31 regiões administrativas.

Ainda com vistas a reduzir a fração orgânica presente no lixo deverá ser incentivada a compostagem descentralizada e a melhoria operacional no processo de compostagem nas duas unidades TMB existentes.

Processamento de 380 t/d de resíduos orgânicos (14% do total de 2.700 t/d coletadas) gerando 190 t/dia composto (deixam de ser aterrados).

Deve ser dada continuidade ao programa de catador educador ambiental no contrato da coleta seletiva com as cooperativas. Também o programa de voluntariado deve ser ampliado com vistas à melhoria do processo de envolvimento da população no processo da coleta seletiva. Quanto à minimização do valor do ICMS para o comércio de recicláveis no DF de 12% para 1% deve ser mantido por meio do decreto publicado pelo GDF.

Ainda com relação a desafios já identificados deve-se dar continuidade ao aperfeiçoamento da segurança pública e gestão para apoio à economia local na Cidade Estrutural.

Como novos desafios pode-se citar o trabalho com segmentos sociais para a minimização da geração e o maior e melhor aproveitamento dos resíduos.

Outra atividade seria a apresentação para o executivo encaminhar ao legislativo projeto de lei que aumente o número de profissionais de nível superior e abertura de novo concurso público. Isso porque hoje já existem 73 comissionados de nível superior de recrutamento amplo número insuficiente para tocar o SLU com suas demandas tradicionais e atendimento a novas áreas criadas nesta gestão como operação de papa lixo, para entulhos, IRR, aterro sanitário, entre outras atividades.

Comunicação do programa

Para se viabilizar um processo democrático, transparente e principalmente eficaz na implantação do Programa de Transição do fechamento do lixão até o normal funcionamento do sistema de gestão dos resíduos no DF, houve um amplo processo de comunicação sobre seu andamento.

Além das centenas de reuniões realizadas com catadores em diferentes grupos e situações, foi estabelecido um modelo de diálogo com registro ilustrado das discussões e decisões para se recorrer posteriormente caso fosse necessário.

A facilitação gráfica, também conhecida como registro gráfico, colheita gráfica, desenho de ideias ou *design thinking*, é de certa forma o registro visual de um pensamento.

Este método inovador de captação e registro de ideias e informações do pensamento visual em tempo real para estruturar as informações e a memorização do que foi dito e acordado funciona como se fosse um mapa mental. Como se trata de um recurso imagético, as chances de memorização são muito maiores do que se fossem apenas textos.

Considerando ainda que alguns participantes das reuniões eram iletrados, o registro gráfico facilitou muito os diálogos.

Para a sociedade acompanhar o processo, o SLU procurou gerar notícias nos meios de comunicação sobre cada ação, de forma a envolver e sensibilizar a opinião pública. No entanto, esse acompanhamento da mídia não foi suficientemente explorado. Caso esse tipo de comunicação tivesse tido maior sucesso, provavelmente o papel da população na separação do material reciclável estaria mais bem executado.

No caso da implantação da coleta seletiva, a comunicação se deu de duas formas. Nas regiões em que a coleta é feita pela empresa privada a comunicação se dá por meio da distribuição de folhetos informativos indicando os dias e horários e o que deve ser separado para a coleta seletiva. Já nas cidades do DF em que a coleta é executada por cooperativas de catadores, além da distribuição de panfletos foi incluído no contrato a figura do educador ambiental, que deve passar em cada residência pelo menos uma vez a cada três meses, para conversar com os moradores sobre os serviços por eles prestados. Este processo se mostrou muito eficiente, principalmente pelo linguajar e a forma de abordagem, que representaram fatores importantes de convencimento da população, como pôde ser constatado em gravações realizadas durante estas atividades educativas.

Outro trabalho altamente positivo tem sido o programa de voluntariado implantado no Governo do Distrito Federal. No sitio eletrônico criado pelo governo os órgãos registram os projetos abertos à participação popular e a população faz o cadastro de acordo com a disponibilidade e interesse de trabalhar em cada projeto.

O SLU registrou o programa “Eu ajudei a fechar o lixão” e posteriormente o programa “Voluntários da Coleta seletiva”.

Os voluntários têm trabalhado de forma criativa nos locais que frequentam, utilizando maneiras próprias para divulgar a coleta seletiva contribuindo bastante para o convencimento da população sobre a importância de fazer a separação dos materiais recicláveis em casa.

Eles são capacitados para ser divulgadores e mobilizadores da coleta seletiva. Recebem orientações sobre as atitudes corretas na separação de materiais recicláveis, esclarecem dúvidas e recebem materiais informativos para distribuir a vizinhos, amigos e colegas de trabalho.

A proposta é que cada voluntário trabalhe em sua região de moradia ou de trabalho, mas permaneça em contato com os demais e também com a equipe de mobilização do SLU por meio de um grupo de *Whatsapp*. As inscrições são realizadas no site www.portaldovoluntariado.df.gov.br. O grupo de voluntários da Coleta Seletiva conta com 84 participantes.

Entre os órgãos do governo, a comunicação foi constante e ininterrupta entre os grupos de trabalho, que se reúnem pelo menos uma vez por mês com o Escritório de Projetos. Um importante compromisso assumido por todos foi a implantação da Coleta Seletiva Solidária em todas as instâncias do governo. Esta definição se deu por meio de decreto e exigiu melhorias na infraestrutura, com lixeiras adequadas adquiridas pelo governo.

Já a comunicação com os órgãos de controle deixou de ser passiva e individual para se tornar ativa e rotineira, com uma única comunicação mensal via documentos ou reunião com todas as instituições fiscalizadoras em um só momento. As informações são, portanto, repassadas mensalmente por meio eletrônico e periodicamente por meio presencial.

Bibliografia

BRANDAO, I.R. Governar o Desperdício: a inclusão de catadores no regime brasileiro de políticas de resíduos. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.

BRASIL. Decreto-lei nº 37.130 de 19 de Fevereiro de 2016. Aprova o Plano de Intervenção para encerramento das atividades irregulares no Aterro Controlado do Jóquei. Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), Brasília. Available at: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/6bd31e5d6b364191870a9fdc505bd313/exec_dec_37130_2016.html (Accessed 22 September 2018)

CAMPOS, H. K. T. Plano de Inclusão Sócio Produtiva dos Catadores de Materiais Recicláveis, em especial os impactos causados pelo fechamento do lixão da Estrutural. 2014. In: Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal – Brasília Sustentável II (BSII). Brasília

INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos). Projeto Pró-Catador DF: Fomento a Empreendimentos de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis no Distrito Federal com foco na Organização, Capacitação e Articulação Política em Conformidade com a PNRS/2010. Brasília: Instituto De Estudos Socioeconômicos, 2015. Available at: - (Accessed 22 September 2018)

ISWA (International Solid Waste Association). Let's Close the World's Biggest Dumpsites!. 2017. Available at: <http://closedumpsites.iswa.org/> (Accessed 22 September 2018)

ISWA (International Solid Waste Association). Waste Atlas Report – The World's 50 Biggest Dumpsites. 2014. Available at: <http://repository.um.edu.my/94271/>

(Accessed 22 September 2018)

JUNQUEIRA, L.A.P.; INOJOSA, R.M.; KOMATSU, S.; Descentralização e Intersetorialidade na gestão pública Municipal no Brasil: a experiência de fortaleza. XI Concurso de Ensayos del CLAD El Tránsito de la Cultura Burocrática al Modelo de la Gerencia Pública : Perspectivas, Posibilidades y Limitaciones. Caracas, 1997.

NEVES, G. M. F.; MAIA, A. A.; REIS, P. C. 2017. A Experiência de Gestão do Programa de Desativação do Aterro do Jóquei no Distrito Federal. In: X Congresso CONSAD. Brasília/DF. Available at: http://consad.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Painel-14_02.pdf(Accessed 22 September 2018)

SLU (SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA). 2015. Plano de Intervenção de Atividades de Ordenamento no Lixão da Estrutural. Brasília - DF. 53p. Available at: http://www.slu.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/plano_intervencao.pdf (Accessed 22 September 2018)

SLU (SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA). 2015. Relatório sobre a situação de emergência no âmbito da limpeza urbana no Jóquei (23.05 a 29.11.15). Available at: http://www.slu.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/relatorio_crise_lixao.pdf (Accessed 22 September 2018)

SLU (SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA). 2014. Relatório dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos do Distrito Federal (2014). 44p. Available at: www.slu.df.gov.br (Accessed 22 September 2018)

SLU (SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA). 2015. Relatório dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos do Distrito Federal (2015). 90p. Available at: www.slu.df.gov.br (Accessed 22 September 2018)

SLU (SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA). 2016. Relatório dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos do Distrito Federal (2016). 100p. Available at: www.slu.df.gov.br (Accessed 22 September 2018)

Glossário

Abes - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

ABS - Aterro Sanitário de Brasília

ACJ - Aterro Controlado do Jóquei

Adasa - Agência Reguladora de Saneamento Básico do Distrito Federal

Agefis - Agência de Fiscalização do Distrito Federal

Aidis - Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental

Assemæe - Associação Nacional de Serviços Municipais de Saneamento

ATTR - Áreas de Transbordo e Tratamento de Resíduos

ATTR - Áreas de Transbordo e Tratamento de Resíduos

BI - Business Intelligence

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CadÚnico- Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

- Caesb** - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
- Casa Civil** - Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais
- CEB** - Companhia Energética de Brasília
- Centcoop** - Central das Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal
- CIISC** - Comitê Interinstitucional de Inclusão Social dos Catadores do Distrito Federal
- CIISC** - Comitê Interinstitucional de Inclusão Social dos Catadores
- CLDF** - Câmara Legislativa do DF
- Codeplan** - Companhia de Planejamento do Distrito Federal
- Conlurb** - Conselho de Limpeza Urbana do Distrito Federal
- Corsap** - Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos
- CTR** - Controle de Transporte de Resíduos
- DPDF** - Defensoria Pública do Distrito Federal
- DPU** - Defensoria Pública da União
- EPE** - Escritório de Projetos Especiais
- GDF** - Governo do Distrito Federal
- GEF** - Global Environmental Facility
- GPS** - Sistema de Posicionamento Global
- Ibram** - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
- ICMBio** - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- ICMS** - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IESB** - Instituto de Educação Superior de Brasília
- IFB** - Instituto Federal de Brasília
- Inesc** - Instituto de Estudos Socioeconômicos
- IRR** - Instalações de Recuperação de Resíduos
- ISWA** - Associação Internacional de Resíduos Sólidos
- JICA** - Agência de Cooperação Internacional do Japão
- MNCR** - Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis
- MPC-DF** - Ministério Público de Contas do Distrito Federal
- MPDF** - Ministério Público de Contas do Distrito Federal
- MPDFT** - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

MPT-DF - Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal

MPU- Ministério Público da União

Novacap - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

OCDF - Organização das Cooperativas do Distrito Federal

Ong - Organização não Governamental

PEV - Pontos de Entrega Voluntária

PMI - Project Management Institute

Scia - Setor Complementar de Indústria e Abastecimento

Secriança - Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude

Sedestmidh - Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

SEDUH - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

SEE - Secretaria de Educação - SEE

Sema - Secretaria do Meio Ambiente

Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SES - Secretaria de Estado de Saúde

Sinesp - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos

Sisnama - Sistema Nacional de Meio Ambiente

SLU - Serviço de Limpeza Urbana

TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF

Terracap - Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

TLP - Taxa de Limpeza Pública

TMB - Tratamento Mecânico Biológico

UnB - Universidade de Brasília

UPA - Unidade de Pronto Atendimento

URE - Unidade de Recebimento de Entulho

Wiego - Mulheres em Trabalhos Informais: Organizando e Globalizando